



Paisagem Arquitetônica da Cidade de João Pessoa/PB e seu significado: o perceptivo dos moradores e visitantes.

Sâmia Érika A Ives de Caldas Bandeira

2012





SÂMIA ÉRIKA ALVES DE CALDAS BANDEIRA

**PAISAGEM ARQUITETÔNICA DA CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB E SEU
SIGNIFICADO:
O PERCEPTIVO DOS MORADORES E VISITANTES.**

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na Linha de Pesquisa Território e Identidade, para a obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Anelino Francisco da Silva

NATAL
2012

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Bandeira, Sâmia Érika Alves de Caldas.

Paisagem arquitetônica da cidade de João Pessoa/PB e seu significado : o perceptivo dos moradores e visitantes / Sâmia Érika Alves de Caldas
Bandeira. – 2012.

101 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Geografia, Natal, 2012.

Orientador: Prof.º Dr. Anelino Francisco da Silva.

Área de concentração: Geografia humana cultural

1. Percepção geográfica. 2. Paisagem cultural. 3. Patrimônio arquitetônico. I: Silva, Anelino Francisco da. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 911.3

Este documento pode ser reproduzido na íntegra, desde que citada a fonte.



Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRN, na Linha de Pesquisa Território e Identidade, para a obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Aprovada em 29 de Fevereiro de 2012

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Anelino Francisco Silva
(Presidente)

Prof. Dr. Alessandro Dozena
(UFRN)

Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva
(UFPB)

NATAL
2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, porque em meio a tantos problemas de saúde, me proporcionou a oportunidade de concluir mais essa tarefa.

Agradeço a meu pai Manuel Bandeira de Caldas por ajudar-me financeiramente durante os primeiros meses do mestrado.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – (CAPES) pela oportunidade e honra de me deixar fazer parte do quadro de bolsistas dessa instituição tão respeitada pela comunidade científica e acadêmica dentro e fora do país.

Agradeço a meu orientador Professor Dr. Anelino Francisco Silva pela notável sabedoria e compreensão com as quais pude contar para o melhor desenvolvimento possível desta pesquisa.

Agradeço a meu amigo geógrafo e companheiro de todas as horas de reflexão geográfica, Victor Chacon da Silva Pessoa por ter me acompanhado aos trabalhos de campo.

Agradeço também e principalmente a minha mãe Lucia Maria Alves de Caldas, juntamente com meus irmãos Marciano e Quéops Bandeira por não me deixar desistir diante de todas as dificuldades que surgiram no momento da aprovação deste mestrado.

Agradeço a Quendra Dayana Barbosa Bandeira pelas noites em claro digitando citações e transcrevendo entrevistas no intuito de adiantar o meu trabalho e a Diandra Quemilly Barbosa Bandeira por me acompanhar aos congressos na hora que mais precisei de companhia.

Sâmia Érika Alves de Caldas Bandeira

Dedico mais esta conquista a
Arthur Daudeth Bandeira de Menezes
que trouxe o estímulo para concluí-la,
naquelas horas de exaustão e desânimo.

“A Paisagem não se constitui apenas por aquilo que está à frente de nossa visão, mas, sobretudo por aquilo que se esconde em nossas mentes”.

Meinig

RESUMO

O presente estudo foi realizado no município de João Pessoa, na Mesorregião da Mata paraibana. Tendo como objetivo analisar como se dá a valorização do patrimônio cultural arquitetônico para o pessoense e para o visitante da Capital paraibana, levando em consideração as narrativas dos pessoenses, e dos turistas estrangeiros praticantes do turismo cultural. Esta pesquisa apóia-se numa fundamentação teórica pautada nos conceitos de paisagem e lugar. Tomou-se como alicerce a Geografia Cultural. A investigação em pauta justifica-se por enveredar na Geografia e Patrimônio e lançar um olhar geográfico sobre a paisagem cultural, tentando desvendar símbolos atribuídos aos exemplares arquitetônicos antigos, significados que interferem nas relações de poder que atravessam gerações, construindo e desconstruindo identidades, seja dispersando ou integrando culturas, gerando grupos culturais e conflitos sociais. Conclui-se que o espaço geográfico deriva de um conjunto de fatores dentre eles a cultura e esta por sua vez vai modelando a paisagem, refletindo o abstrato sobre o concreto das arquiteturas mais antigas até as mais atuais, transformando desde o material até o imaterial em Patrimônio da Humanidade.

Palavras-chave: Percepção geográfica, Paisagem cultural e Patrimônio arquitetônico.

ABSTRACT

This study was conducted in the city of João Pessoa, Paraíba mesoregion Forest. Having to analyze how does the appreciation of the architectural heritage to the visitor and pessoense Capital Paraíba, taking into account the narratives of João Pessoa, and practitioners of foreign tourists of cultural tourism. This research builds on a theoretical foundation on concepts of landscape and place. Was taken as a foundation to Cultural Geography. The research in question is justified by embarking on Geography and Heritage and cast a glance on the geographical cultural landscape, trying to unravel the symbols assigned to the ancient architectural examples, meaning that interfere with power relationships that cross generations, constructing and deconstructing identities, is dispersed or integrating cultures, creating cultural groups and social conflict. It is concluded that the geographical area derives from a number of factors, among them the culture and this in turn will shaping the landscape, reflecting the abstract over the concrete architecture of the oldest to the most current, turning from the material to the immaterial in World Heritage Site.

Keywords: Perception of geographical, cultural and architectural heritage landscape.

SUMÁRIO

RESUMO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Delimitação da pesquisa geográfica em João Pessoa/PB.....	14
1.2 Breve Histórico da cidade de João Pessoa/PB	16
1.3 Enfoque arquitetônico da paisagem geográfica	21
2 CONCEITUANDO OS SÍMBOLOS DA PAISAGEM CULTURAL.....	28
2.1 Cultura e configuração da paisagem geográfica	29
2.2 O Lugar e a Paisagem arquitetônica	30
2.3 MEMÓRIA: Permanência no tempo e no espaço.....	33
3 A GEOGRAFIA DO PATRIMÔNIO	48
3.1 Patrimônio Histórico de João Pessoa/PB	49
3.2 Aspectos Geográficos do Patrimônio	50
4 TOPOFILIA & TURISMO CULTURAL	59
4.1 Depoimentos dos moradores da cidade de João Pessoa/PB - Fragmentos de Topofilia	61
4.2 Depoimentos dos visitantes/turistas e sua viagem pelo tempo histórico na cidade de João Pessoa/PB	66
5 INTERPRETAÇÃO GEOGRÁFICA DA PRESERVAÇÃO DO VELHO E DO NOVO	72
5.1 Preservar, não apenas tomar	73
5.2 Preservação da arquitetura moderna	79
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS.....	83
APÊNDICES.	89
ANEXOS	94

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

- Mapa do Brasil com destaque do Estado da Paraíba	14
- Mapa da cidade de João Pessoa com destaque dos bairros: Centro, Varadouro, Roger e Cabo Branco	15
- Mapa dos bairros de João Pessoa com destaque para os seis exemplares arquitetônicos enfocados pela pesquisa	21
- Fotografia do Antigo Hotel Globo (2011)	34
- Fotografia do Mosteiro de São Francisco (2008).....	37
- Fotografia do Casarão dos Azulejos (2011).....	39
- Fotografia da Igreja do Carmo (2011)	41
- Fotografia do Theatro Santa Roza (2011)	43
- Fotografia da Estação Ciência (2011)	45
- Mapa da poligonal de tombamento e entorno de vizinhança, mostrando os bens tombados pelo IPHAN E IPHAEP.....	76
- Fotografia da Estação Ciência (2010) fonte: SETUR/PB	79

LISTA DE SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IPHAEP - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba.

NEPEC - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura.

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

UFPB – Universidade Federal da Paraíba.

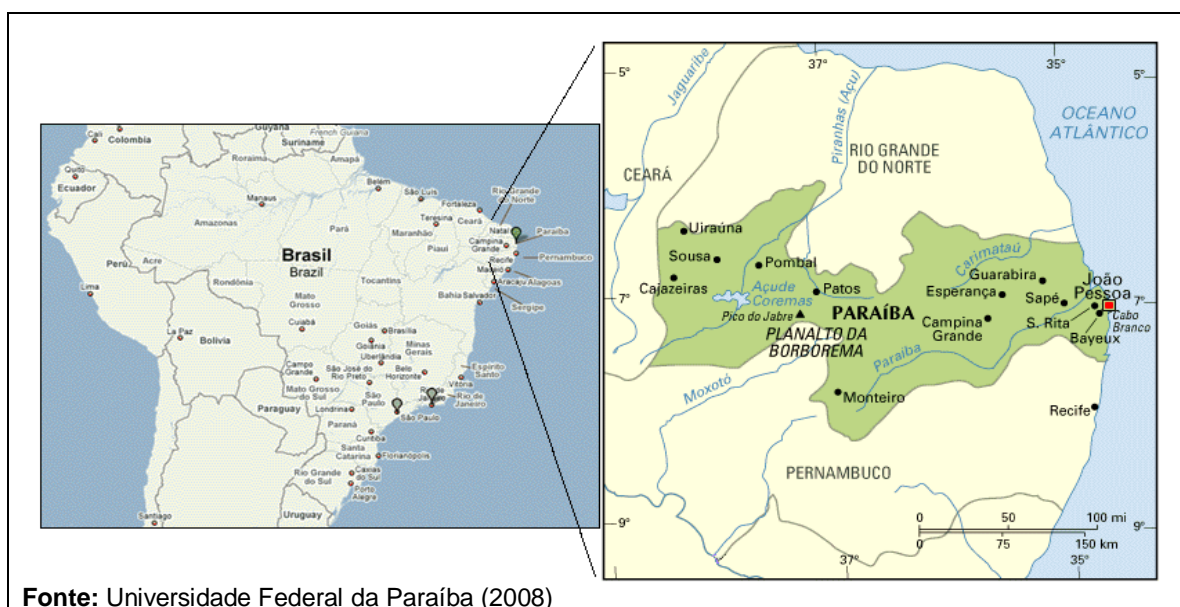
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba.

1 INTRODUÇÃO

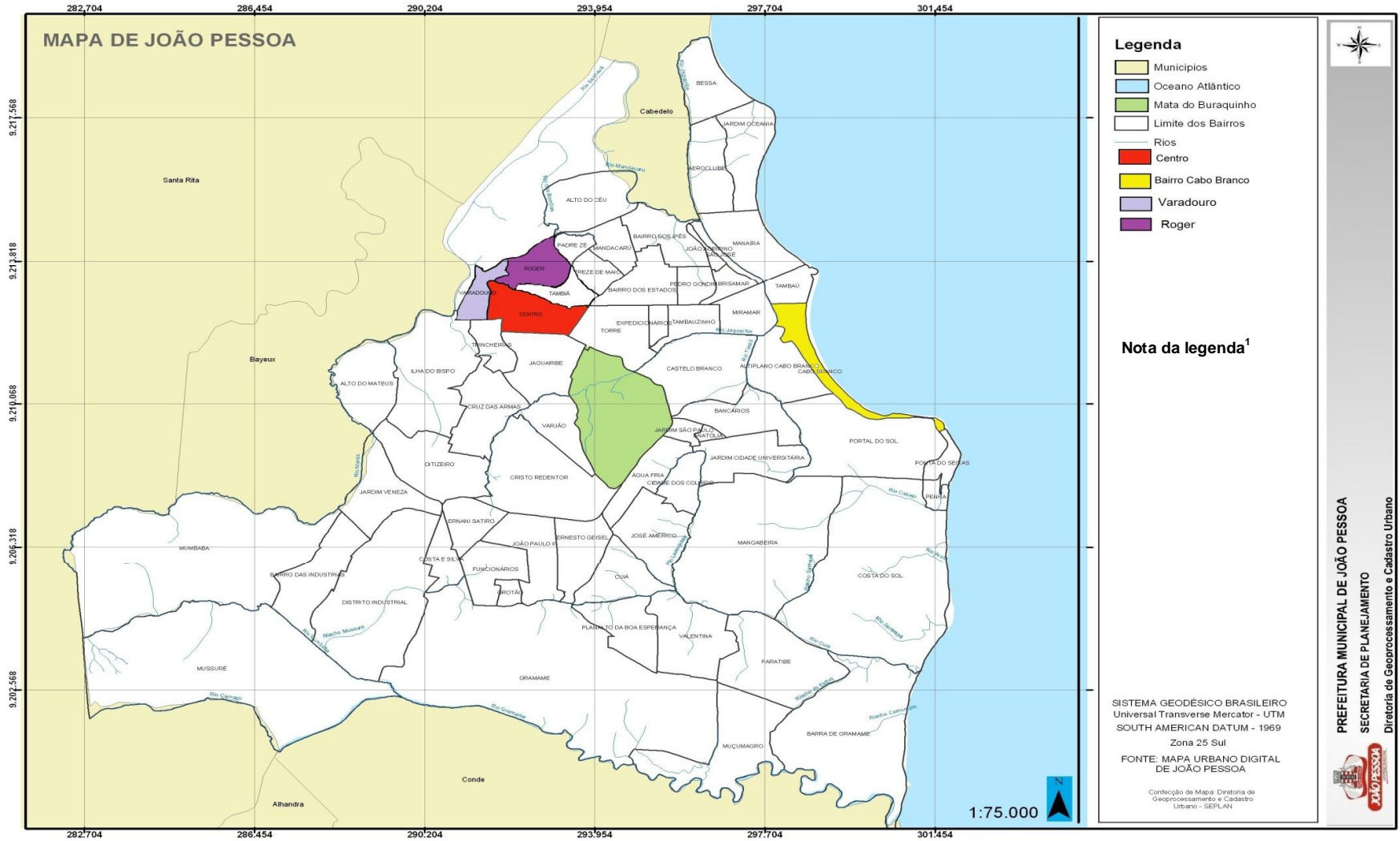
1 INTRODUÇÃO

1.1 Delimitação da pesquisa geográfica em João Pessoa/PB

O estudo em pauta está inserido diretamente na Geografia Humanista devido pontuar símbolos materiais e imateriais produzidos pelas atividades culturais, sócio-econômicas e políticas interferindo sobre a paisagem urbana do município de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, o qual apresenta a seguinte localização geográfica:



O Estado da Paraíba está situado no Nordeste do Brasil entre os paralelos de $6^{\circ}02'12''$ e $8^{\circ}19'18''$ de latitude sul e os meridianos de $34^{\circ}45'54''$ e $38^{\circ}45'45''$ de longitude a oeste de Greenwich. Limita-se a leste com o Oceano Atlântico, onde está situado o ponto mais oriental das Américas (Ponta do Seixas), a oeste com o Estado do Ceará, ao norte com o Estado do Rio Grande do Norte e ao sul com o Estado de Pernambuco.



¹ A legenda do Mapa acima faz referência ao centro histórico da cidade (em vermelho, em lilás e roxo) onde estão localizados os exemplares arquitetônicos antigos enfocados pela presente investigação e ao Bairro Cabo Branco (em amarelo) onde está localizado o único exemplar arquitetônico moderno também enfocados.

O município de João Pessoa localiza-se na porção mais oriental das Américas e do Brasil, com longitude oeste de 34°47'30" e latitude sul de 7°09'28". O clima da cidade é quente e úmido, do tipo intertropical, com temperaturas médias anuais de 26°C. O inverno inicia-se em março e termina em agosto². São duas estações climáticas definidas, as chuvas ocorrem no período de outono e inverno e durante todo o resto do ano o tempo é de muito sol. A denominação mais usual para o clima da cidade é o de tropical úmido.

1.2 Breve Histórico da Cidade de João Pessoa/PB

Deste ponto em diante pretende-se expor um breve histórico de como se deu a conquista territorial da hoje denominada cidade de João Pessoa. Segundo GUIMARÃES (2000), MELLO (2002), e PASCHOA in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano nº 3, no início de 1574 a jovem filha de Iniguaçu, chefe *potiguara*, foi aprisionada pelo proprietário do engenho Tracunhaém na capitania de Itamaracá, hoje pertencente ao município de Goiana, em Pernambuco. Os *potiguaras*, por vingança e insuflados pelos franceses, atacaram e incendiaram o engenho, matando todos os moradores, ato que ficou conhecido como "a chacina de Tracunhaém". O incidente urgi Portugal para a necessidade de maior controle da região, visando extinguir a presença de franceses em nosso litoral e evitar, no futuro, qualquer possibilidade de ataque indígena à Vila de Olinda e engenhos da região.

Em resumo, tornou-se urgente garantir o monopólio do açúcar e o poder econômico da Capitania de Pernambuco, principal centro produtivo da colônia, como também iniciar o avanço sobre as terras ao norte. Assim, no mesmo ano de 1574, o jovem Rei D. Sebastião resolveu desmembrar a Capitania de Itamaracá, criando a Capitania Real da Paraíba a partir de Igarassu, no sentido norte, até a Baía da Traição. Ocorre que grande parte dessa área era habitada pelos índios *potiguaras*, povo de índole guerreira, e isso foi um complicador que atrasou em 11 anos a conquista do território.

² Umidade relativa do ar: a média anual é de 80%. Entre os meses de maio a julho, o índice atinge o máximo, 87%, correspondendo à "época das chuvas". No período mais seco, é reduzido para 68%. A cidade conta com importantes resquícios da Mata Atlântica original preservados.

Somente após cinco expedições, e com o apoio dos índios *tabajaras*, os portugueses conseguiram derrotar os *potiguaras*, expulsar os franceses e fundar a Cidade Real de Nossa Senhora das Neves no dia 05 de agosto de 1585. Em relação à conquista de território, a Cidade de Nossa Senhora das Neves foi a terceira cidade fundada no Brasil do século XVI após Salvador (1549) e Rio de Janeiro em 1565. Apesar de derrotados os valentes *potiguaras* continuaram a importunar a vida dos habitantes da cidade até 1599 quando, já sem apoio dos franceses que lhes forneciam suprimentos e sob uma epidemia de varíola trazida pelos colonos europeus, foram pressionados a assinar a paz com o governador Feliciano Coelho de Carvalho e se retiraram para o norte.

O marco zero de fundação da cidade foi escolhido 18 Km acima da embocadura do Rio Paraíba, numa colina que dominava todo o atracadouro na margem direita do Rio Sanhauá, afluente do Paraíba. Além do cuidado com a defesa da povoação, o local visava facilitar o comércio e o apoio militar à vizinha Capitania de Pernambuco. A povoação, por estar sob domínio da União Ibérica desde 1580, teve as primeiras ruas edificadas dentro de uma geometria de traçados regulares, obedecendo aos padrões encontrados nas demais colônias espanholas do continente americano, o que diferia das povoações fundadas pelos portugueses.

A característica de sede administrativa foi fator preponderante para que a cidade permanecesse, durante muito tempo, sem alterações estruturais exceto pelas igrejas, conventos e fortificações militares que simbolizavam o domínio da Casa Imperial.

De acordo com ALMEIDA (1966), MELLO (1985), MELLO (2002), NETSCHER (1942) e SCHALKWIJK (2004)³ para retomar o mercado, os holandeses criaram em 1621 a CIO - Companhia das Índias Ocidentais (WIC - West-Indische Compagnie), formada em grande parte com apoio financeiro dos “cristãos novos” (Judeus convertidos ao cristianismo durante a Idade Média. O termo foi criado no reinado de

³ Os holandeses mantinham intensa relação com Portugal e suas colônias, especialmente com o nordeste brasileiro, onde participavam de todo o ciclo da indústria açucareira: implantação de engenhos, financiamento de insumos e mão-de-obra até a comercialização na Europa. Chegaram a manter usinas de beneficiamento de açúcar em Amsterdam, para onde levavam o açúcar grosso que era taxado com valor bem abaixo do açúcar branco. Assim, detinham conhecimentos e estrutura suficientes para concorrer nesse comércio com os portugueses. Em 1580, com a anexação de Portugal à Coroa Espanhola, toda essa atividade foi suspensa por Filipe II da Espanha que combatia o movimento pela independência dos neerlandeses.

D. Manoel de Portugal que impôs aos judeus a conversão religiosa ou a expulsão do país e das suas colônias. Entretanto, a maioria dos cristãos novos manteve-se fiel à sua religião. Esses, especialmente, eram chamados "marranos", ou cripto-judeus, e criaram muitas formas de manter suas tradições e praticar o seu culto sem despertar a atenção dos perseguidores) através da Câmara de Comércio de Amsterdam. A CIO patrocinaria, então, invasões ao Brasil visando monopolizar não somente o comércio açucareiro como também o de escravos, pois a idéia era controlar todo o tráfego marítimo do atlântico sul. Em 1624 invadiram a cidade de Salvador, capital da colônia, onde permaneceram por um ano até serem expulsos pela esquadra de Fradique Toledo Osório.

Em 1630, após vários anos preparando nova ofensiva, invadiram a capitania de Pernambuco que, por não ser uma capitania com obrigações da Coroa era dotada de pouca proteção militar, o que facilitou a tomada das vilas de Olinda e Recife. A Capitania de Pernambuco esteve sob domínio holandês até 1654.

No início de 1634, a Companhia das Índias Ocidentais divulgou relatório dos delegados no Brasil, Van Ceulen e Johan Gyselingh onde estes informavam "...as praças fortes que ainda restam nesta região são Paraíba e Cabo Santo Agostinho [...] porque desses dois lugares depende a conquista destas quatro capitanias do norte [...]" exigindo ações que culminariam com uma segunda invasão melhor estruturada e fariam capitular as defesas da cidade. Em dezembro de 1634 as forças do general Van Schkoppe, com mais de 2300 homens, sitiaram a fortaleza de Cabedelo durante 19 dias. Após muita resistência, fome, sede e doenças, nossas defesas ruíram. Os holandeses adentraram a Filipéia de Nossa Senhora das Neves e mudaram-lhe o nome para Frederica (Friederickstadt) em homenagem a Frederico Henrique de Nassau, Príncipe de Orange. Para garantir a posse do território logo iniciaram a reconstrução da Fortaleza e confiscaram 19 engenhos da várzea do rio Paraíba.

O Conselheiro Político Servaes Carpentier assumiu o cargo de governador com jurisdição até a Capitania do Rio Grande (do Norte). Seu governo durou apenas um ano e teve muitos problemas para administrar, pois muitos proprietários antevendo o resultado da invasão abandonaram suas terras após queimar os canaviais e danificar os engenhos. O jovem André Vidal de Negreiros, paraibano que seria mais tarde o grande Mestre-de-Campo da Insurreição Pernambucana, deu o exemplo quando queimou todo o canavial das terras paternas. A Companhia das Índias Ocidentais

(WIC) precisava de muita produção para compensar seus investimentos. Então ofereceu anistia, liberdade de culto religioso, manutenção do regime de propriedade e proteção dos negócios aos naturais da terra. A proposta foi aceita por muitos, dentre eles Duarte Gomes da Silveira⁴ natural de Olinda, que era proprietário rico e poderoso na Paraíba.

O segundo governador, Ippo Eyssens era arbitrário, fez um mau governo e em 1636 foi morto numa emboscada preparada pelas tropas do Capitão Rabello, o Rabelinho, quando assistia à farinhada num engenho da várzea do Paraíba. Nessa época os portugueses já iniciavam focos de resistência, arregimentando escravos e índios para assaltos relâmpagos em forma de guerrilhas. Essa forma de combate seria, posteriormente, chamada "guerra brasílica". Os holandeses não tiveram sucesso contra as guerrilhas, pois acostumados ao combate em campo aberto encontravam muita dificuldade em se mover nas florestas e mangues da periferia. Além disso, era considerável a tremenda desvantagem de um soldado frente a um índio que arremessava seis flechas enquanto ele municiaava seu arcabuz.

Elias Herckmans governou a capitania da Paraíba de 1636 a 1639. Durante o seu governo foi criado um Conselho de Representantes da Cidade, formado por holandeses, portugueses e brasileiros, cujos membros eram denominados escabinos. O Conselho, adotado também por Maurício de Nassau em 1637 quando chegou em Pernambuco, funcionava como uma câmara de vereadores. Herckmans, poeta e geógrafo, escreveu um relatório sobre a capitania intitulado "Descrição Geral da Capitania da Paraíba" ("Generale Beschrijvinge van Capitania Paraíba"), datado de 1639, o qual se tornou a principal fonte de informações sobre a Paraíba durante o domínio holandês. Herckmans foi, talvez, a melhor contribuição holandesa para a cidade. Gisberk de With sucedeu Herckmans. Deixou a reputação de homem honesto, trabalhador e humano. Paul de Linge foi derrotado em 1645 pelos "Libertadores da Insurreição" e se retirou para a Fortaleza de Santa Catarina em Cabedelo.

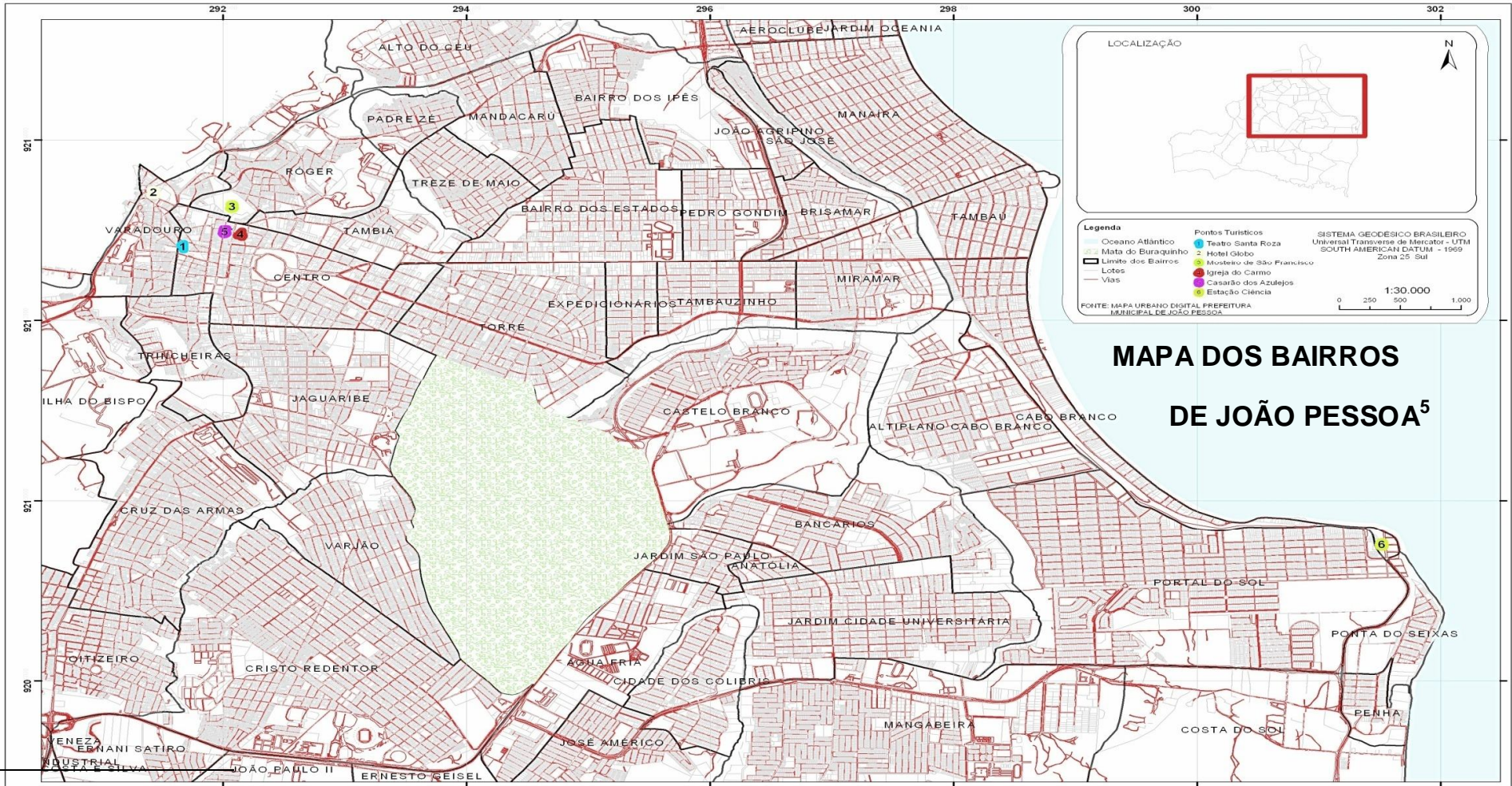
Se analisarmos os 11 anos de domínio holandês (1634-1645), veremos que eles em nada contribuíram para o desenvolvimento arquitetônico da cidade. Existiam apenas o interesse pelo comércio lucrativo da cana-de-açúcar. Por serem

⁴ Duarte da Silveira comandou o Forte de Santo Antônio na tentativa de invasão pelos holandeses em 1631. Era rico proprietário e estimulou os demais a aceitarem o acordo oferecido pelos novos governantes para evitar a perda de tudo o que os nativos já haviam conquistado. No palacete onde residia, ao lado da catedral, funcionou o antigo Colégio N.S. das Neves e hoje funciona a Faculdade de Ciências Médicas.

protestantes calvinistas, sequer concluíram as edificações de igrejas e conventos que ocuparam como sede administrativa e militar. Não construíram residências porque não trouxeram famílias e as tropas permaneciam nos fortes. Entretanto, introduziram melhoramentos em todo o ciclo da produção açucareira quando instituíram financiamento para as safras com resgate após a colheita; revestiram as moendas (que eram em madeira) com lâminas de metal para diminuir as quebras e aumentar a produtividade; nesse período os engenhos da Capitania da Paraíba exportavam, anualmente, mais de 150.000 arrobas de açúcar; de acordo com o historiador Aécio Villar (1988).

Sob a influência de Maurício de Nassau preocuparam-se com o meio ambiente, pois a partir do controle da monocultura da cana-de-açúcar, instituíram o equilíbrio da produção de alimentos obrigando os proprietários de engenhos a plantar covas de mandioca em quantidade proporcional ao número de escravos ou empregados existentes; proibiram a derrubada de cajueiros e iniciaram o controle da derrubada excessiva do pau-brasil, instruindo para o corte de árvores somente acima de quatro anos.

1.3 Enfoque arquitetônico da paisagem geográfica



⁵ A legenda do Mapa acima faz referência aos 06 (seis) exemplares arquitetônicos enfocados pela presente pesquisa. 1- Teatro Santa Rosa; 2- Hotel Globo; 3- Mosteiro de São Francisco; 4- Igreja do Carmo; 5- Casarão dos Azulejos e 6- Estação Ciência.

Utilizando o mapa dos bairros de João Pessoa foi possível demonstrar a localização dos seis exemplares arquitetônicos enfocados pela pesquisa em questão. Como expõe a legenda: pontos coloridos em azul, amarelo, verde, vermelho, rosa e laranja, e enumerados de 1 a 6 correspondem respectivamente: 1- Teatro Santa Roza; 2- Hotel Globo; 3- Mosteiro de São Francisco; 4- Igreja do Carmo; 5- Casarão dos Azulejos, os quais fazem parte do acervo antigo, portanto estão localizados no centro histórico da capital e o 6- Estação Ciência representa o único exemplar arquitetônico moderno em foco neste estudo e que por sua vez está localizado próximo ao Farol de Cabo Branco, portanto na orla marítima.

A escolha dos 06(seis) exemplares arquitetônicos acima mencionados se deu principalmente por conta da atual diversificação funcional de cada um deles, ou seja, o 1- funciona como teatro salvaguardando o encontro do pessoense com o mundo artístico; o 2- funcionou como hotel e hoje se tornou museu salvaguardando sua imponência dos tempos em que hospedou grandes personalidades; o 3- funcionou como residência, local de celebrações franciscanas e demais cultos religiosos e hoje se tornou um dos pontos turísticos mais visitados do nordeste salvaguardando um rico acervo histórico-cultural; o 4- funciona ainda como templo católico garantindo a realização semanal de todos os sacramentos da religião; o 5- funcionou como residência e hoje funciona como sede da Subsecretaria de Cultura do Estado salvaguardando obras dos artistas paraibanos; e o 6- funciona como centro de ciências, educação e artes além de ter se tornado um dos atrativos turísticos de grande relevância com apenas 3 anos de existência. Desta forma é possível traçar uma escala temporal para este estudo a partir do ano de fundação do exemplar arquitetônico mais antigo enfocado nesta pesquisa (Mosteiro de São Francisco) até o mais atual (Estação Ciência), cuja periodização define-se exatamente como sendo (1788-2008).

Objetiva-se, portanto, nesta investigação analisar como se dá a valorização do patrimônio cultural arquitetônico para os moradores e para os turistas que visitam a Capital paraibana. Para que o objetivo central seja alcançado foi necessário traçar os seguintes objetivos específicos: 1. Identificar quais os patrimônios arquitetônicos significativos para o pessoense e os mais visitados pelos turistas; 2. Verificar até que ponto o tombamento contribui para a valorização e preservação dessa paisagem arquitetônica; 3. Compreender e constatar os fenômenos: Topofilia e Turismo Cultural.

Ao definir uma base teórico-metodológica para dar suporte a presente investigação lançou-se mão do método fenomenológico visto que o objetivo central da pesquisa é basicamente compreender a relação sujeito/objeto. Para a realização das etapas pré-estabelecidas tanto durante o trabalho de campo quanto no trabalho de produção teórica utilizaram-se os seguintes recursos: levantamento bibliográfico, documental e fotográfico, aplicação de questionários junto aos nativos e visitantes da cidade (*in loco* e pela internet), realização de entrevistas junto aos encarregados disponíveis nos seis exemplares arquitetônicos em foco, totalizando um número de 55 (cinquenta e cinco) depoimentos coletados.

Justifica-se por apreender os significados atribuídos pelos nativos e visitantes a paisagem arquitetônica que compõe o centro histórico da cidade de João Pessoa/PB, devido a sua ideia de herança e permanência no tempo e no espaço, cujos exemplares enfocados pela pesquisa datam entre os séculos XVI-XIX e XXI, pois acrescentou-se também a esta discussão um dos exemplares arquitetônicos modernos, o qual data do ano de 2008, totalizando assim seis exemplares focalizados pela presente pesquisa.

Compreender tais significados é um meio de analisar o espaço geográfico, suas fragmentações e interdependências, circunstâncias e conseqüências, sua dinâmica natural e humana as quais interferem nas relações de poder e que atravessam gerações, construindo e desconstruindo identidades, seja dispersando ou integrando culturas, gerando grupos culturais e conflitos sociais.

[...] “as cidades testemunham com uma força expressiva rara o que foram as etapas anteriores das civilizações humanas. [...]”. Relata o autor que as cidades de hoje estão perdendo pouco a pouco o que “fazia a sua força e originalidade: a capacidade para agregar os homens em torno de seus ideais comuns, para produzir convivência, sociabilidade, tolerância, para permitir a coexistência tranqüila de destinos individuais contrastados, [...]” (LACAZE, 1995, p.07).

As transformações externas e internas, visíveis e invisíveis fazem parte do cotidiano de todos os modelos de sociedade, porém enxergá-las, entendê-las para melhor se adequar às mesmas é uma tarefa difícil e de longo prazo. Tal dificuldade deve-se significativamente a Revolução Técnico-científico-informacional a qual teve início na década de 1970 gerando uma “explosão multicultural” através dos meios de comunicação informatizados.

Portanto, utilizando a Geografia Cultural e incorporando a visão de alguns teóricos preocupados com as conseqüências de um problema aparentemente irrelevante, mas que vem destruindo a memória cultural de uma geração à outra e desta maneira acarretando o irreconhecimento do agente cultural dentro de seu grupo, a crise identitária, o rompimento dos vínculos com a história como também de certa forma uma intolerância ideológica, busca-se compreender a interferência da cultura na dinâmica do espaço geográfico assim como seus entrelaces com as ações e intenções sociais.

Corrêa e Rosendahl (2000) mostram uma relação de interdependência entre a geografia cultural e a geografia natural tendo em vista a complementação do raciocínio acerca das transformações produzidas pela existência da vida humana e o mundo natural.

[...] os geógrafos culturais compartilham o mesmo objetivo de descrever e entender as relações entre a vida humana coletiva e o mundo natural, as transformações produzidas por nossa existência no mundo da natureza e, sobretudo, os significados que a cultura atribui às suas relações com o mundo natural (CORRÊA; ROSENDAHL, 2000, p.34).

No contexto da geografia cultural existem diferentes fenômenos de análises nos quais os autores destacam a busca da imaginação poética a principal fonte de cultura, pois é nela que se encontra uma grande diversidade que não se deixa confundir. “A imaginação poética é a que desperta maior interesse nos geógrafos culturais. Ao gerar sentidos novos a criatividade poética é o elemento que produz culturas e as diferencia” (CORRÊA; ROSENDAHL, 2000, p.42).

Nas concepções de Corrêa e Rosendahl, a cultura é um instrumento que altera, modifica, transforma, como também destrói, partindo das mãos do ser humano, como um ser imperfeito e inacabado.

A paisagem natural está sendo submetida a uma transformação nas mãos do homem, o último é para nós o fator morfológico mais importante. Por meio de suas culturas faz uso das formas naturais, em muitos casos alterando-as, em alguns as destruindo (CORRÊA; ROSENDAHL, 2004, p.56).

Pois, a partir do momento em que o homem dá significados, cria e torna-se também símbolo da paisagem, o mesmo vai se apropriando de suas criações e conseqüentemente do meio por ele transformado. Todas as paisagens possuem

significados simbólicos porque são produtos da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem (CORRÊA; ROSENDAHL, 2004).

Ao se observar a ausência de um determinado prédio, nota-se o “vazio” em seu sentido mais literal e, portanto da maneira mais óbvia e perceptível, por outro lado observam-se pequenas lacunas quase imperceptíveis, é o mais essencial na perspectiva deste estudo, seguindo o raciocínio de Corrêa e Rosendahl (2004), visto que o vazio urbano não está apenas na demolição de uma casa, edifício, igreja, teatro, etc., mas também na ausência das suas características arquitetônicas originais, nas lacunas preenchidas por um “melhoramento”.

Na verdade, uma indicação de seu *status* residual é a dificuldade que tem os arquitetos de encontrar um estilo apropriado para o papel cultural da igreja na vida moderna. Igrejas antigas tornaram-se discotecas e supermercados baratos, enquanto os prédios das novas igrejas parecem discotecas e supermercados baratos (CORRÊA; ROSENDAHL, 2004, p.118).

Não se trata aqui de desvalorizar a arquitetura moderna e menos ainda banalizar o crescimento horizontal e/ou vertical urbano, trata-se de preservar os traços culturais presentes no desenho de um antigo prédio, para que o mesmo possa ser identificado em meio a uma “selva” de muitos outros com seus designs de ponta, cujas formas tão modernas e mirabolantes, num futuro não muito distante, expressarão também toda sua história, o tempo a qual pertenceram, a arte dos homens do seu tempo, a qualidade dos materiais utilizados e uma infinidade de revelações que serão úteis para o progresso de qualquer meio urbano.

Ter em conta tais aspectos remete para a necessidade de também levar em consideração que a salvaguarda da imagem passa pela manutenção desses locais mais populares, evitando reabilitações demasiado «modernistas» ou de «moda» e com «estilo» ou demasiado «nostálgicas», em que se verifica que ao procurar atrair indivíduos que vivem e freqüentam a cidade na sua globalidade, como forma de «dinamizar socioculturalmente e economicamente» o bairro, se pode cair no erro de criar espaços vazios e que, acima de tudo, acabam por excluir o morador local (MENEZES; TAVARES, 2003, p.8).

Ao descaracterizar a paisagem arquitetônica as consequências vão além das perdas dos aspectos histórico-culturais impressos no design do patrimônio arquitetônico, cujos prejuízos estão relacionados às medidas de reabilitações, restaurações, reativações de determinados espaços e seus equipamentos urbanos,

tais medidas exigem “dose certa”, ou seja, é preciso ter compromisso com o bem estar dos agentes culturais que são: o morador, o trabalhador e o visitante local para os quais determinados exemplares se tornaram Lugares e que a idéia de modificá-los bruscamente poderia repeli-los, criando assim vazios urbanos que podem comprometer os significados do presente e o legado do futuro.

Das ciências humanas a Geografia detém a responsabilidade de cuja delimitação sempre englobar a totalidade do espaço, ou seja, de modo que, sendo o homem agente exclusivo da cultura sobre esse todo geográfico logo, se torna impossível desvincular da Geografia os aspectos materiais e imateriais manifestados pela cultura. Diante disso:

(...) os geógrafos humanistas (...) estudam os aspectos do homem que são mais distintamente humanos: significações, valores, metas e propósitos. (...). Da valorização da percepção e das atitudes decorre a preocupação de verificar os gostos, as preferências, as características e as particularidades dos lugares. Valoriza-se também o contexto ambiental e os aspectos que redundam no encanto e na magia dos lugares, na sua personalidade e distinção. Há o entrelaçamento entre o grupo e o lugar (ENTRIKIN, 1980, p.16).

A partir da década de 70, no entanto, a chamada Geografia Humanista irá realizar um esforço de recuperação do conceito associando-o à base filosófica da Fenomenologia e do existencialismo e transformando-o em um de seus conceitos-chave (HOLZER, 1992; 1997, 1999, DUNCAN, 1994).

A Geografia Humanista, Cultural ou Abordagem Cultural na Geografia ao analisar o espaço geográfico necessita entrar em contato direto com a experiência, vivenciando determinado fenômeno de maneira a não alterá-lo, sem interferência do investigador, o método fenomenológico oferece essa possibilidade de apreender o fenômeno tal qual ele se apresenta, como afirma Entrikin (1980), a Fenomenologia (...) procura examinar a experiência humana de forma rigorosa, por meio de uma ciência da experiência e reflexão tornando possível observar as coisas tal como elas se manifestam (...) (ENTRIKIN, 1980) e como reforça Buttimer (1982): Mundo, para o fenomênico, é o contexto dentro do qual a consciência é revelada. Não é um mero mundo de fatos e negócios... mas um mundo de valores, de bens, um mundo prático. Está ancorado num passado e direcionado para um futuro; é um horizonte compartilhado, embora cada indivíduo possa construí-lo de um modo singularmente pessoal (BUTTIMER, 1982, p.172). Grifo nosso.

Segundo Holzer (1997) a Geografia Cultural se utiliza dos recursos teórico-metodológicos da fenomenologia devido ter a “(...) pretensão de relacionar de uma maneira holística o homem e seu ambiente ou, mais genericamente, o sujeito e o objeto, fazendo uma ciência fenomenológica que extraia das essências a sua matéria-prima” (HOLZER, 1997, p. 77).

Os teóricos acima citados explicam brilhantemente a base fenomenológica e seu método dentro da ciência geográfica, de maneira a se fazer entender melhor essa visão de mundo e sua aplicabilidade investigativa.

Esta pesquisa se utiliza de tais recursos para lançar um olhar sobre a paisagem geográfica de João Pessoa/PB associada às narrativas dos nativos e visitantes, buscando transformar tais dados obtidos em informações científicas que possam contribuir para uma melhor compreensão de parte dos fenômenos urbanos e suas implicações na percepção individual e coletiva. Essa parcela do espaço geográfico que compõe a urbe pode ser analisada em diversas categorias das quais elegemos a Paisagem, a qual nos dá suporte para uma visão mais abrangente e completa da realidade, e o Lugar, o qual permite esmiuçar as peculiaridades da paisagem.

2 CONCEITUANDO OS SÍMBOLOS DA PAISAGEM CULTURAL

2. CONCEITUANDO OS SÍMBOLOS DA PAISAGEM CULTURAL

2.1 Cultura e configuração da paisagem geográfica

O conceito de paisagem enriquece a geografia cultural a partir do momento em que possibilita aos elementos sujeito e objeto tornar-se apenas um elemento sujeito-objeto, entendendo Paisagem “como uma expressão humana intencional composta de muitas camadas de significados” (COSGROVE, 1998, p.98) compondo o que podemos chamar de paisagem cultural, de onde destacamos a paisagem arquitetônica para expressar a percepção dos valores socioculturais a ela atribuída e que certamente interferem na preservação da memória dos povos e nações. D. Holzer (1997) consigna que a geografia:

[...] tem um termo que me parece muito mais rico e apropriado para o seu campo de estudo. Esta palavra incorpora ao suporte físico os traços que o trabalho humano, que o homem como agente, e não como mero espectador, imprime aos sítios onde vive. Mais do que isso, ela denota o potencial que um determinado suporte físico, a partir de suas características naturais, pode ter para o homem que se propõe a explorá-lo com as técnicas de que dispõe. Este é um dos conceitos essenciais da geografia: o conceito de "paisagem" (HOLZER, 1997, p. 81).

É ao mesmo tempo sendo elemento da paisagem que o indivíduo coletivamente a configura de acordo com sua cultura, e esse cenário torna-se tão personalizado a ponto de despertar o empoderamento do grupo, a resistência cultural diante das imposições ideológicas. Está tipificado que:

Determinadas paisagens apresentam, na sua configuração, marcas culturais e recebem, assim, uma identidade típica. A problemática ambiental moderna está ligada à questão cultural e leva em consideração a ação diferenciada do homem na paisagem. Desta forma, a transformação da paisagem pelo homem representa um dos elementos principais na sua formação (SCHIER, 2003, p.80).

Schier ainda nos leva a constatar que a cultura trata-se antes de tudo de uma forma intelectual de transformar a paisagem, visto que essa transformação, essa intervenção no ambiente não ocorre primeiramente pelas ações, mas sim pela construção do pensamento. Observa-se, que “a paisagem é a realização e materialização de idéias dentro de determinados sistemas de significação. [...] é

humanizada não apenas pela ação humana, mas igualmente pelo pensar. Cria-se a paisagem como uma representação cultural (SCHIER, 2003, p.81).

Como destaca Meinig (2002), o conceito de paisagem ultrapassa o visível, devido este ser composto pelo material, mas também pelo imaterial cuja abstração depende da percepção e dos significados atribuídos individual e coletivamente. (...) qualquer paisagem é composta não apenas por aquilo que está à frente dos nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes (MEINIG, 2002, p. 35).

De acordo com Claval (2001) é na paisagem que se encontram os resultados das idéias e ações humanas, esses elementos permitem perceber no espaço geográfico as mais variadas formas de apreensão humana, caracterizando assim a diversidade cultural, mas também expõe as conexões entre os grupos humanos, seus conflitos e tolerâncias, sendo então a paisagem um depósito dinâmico de camadas de significados. “Se as paisagens não são realidades objetivas, seu papel na vida dos grupos humanos é mais complexo do que geralmente se pensa. Ela desempenha o papel de suporte de mensagens e de símbolos” (CLAVAL, 2001, p. 58).

Em todo o mundo a paisagem cultural se apresenta como forte registro dos ideais humanos, servindo como legado para as sucessivas gerações mostrando como o patrimônio urbano pode ser analisado, esmiuçado, classificado em categorias que permitem ao investigador montar um imenso “quebra-cabeças” onde cada peça tem sua singularidade.

2.2 O Lugar e a Paisagem arquitetônica

*“lugar é um centro de significados
construído pela experiência” (Tuan, 1975).*

Sabe-se que a espacialidade cultural é de interesse da Geografia no que se refere aos significados e percepção da coletividade, ou seja, dos grupos culturais, entretanto não se pode ignorar o indivíduo e suas singularidades, pois para compreender a preferência ambiental de uma pessoa é necessário analisar sua herança cultural, criação, educação, trabalho, etc; já para compreender a preferência

ambiental de um grupo é necessário conhecer a história cultural e as experiências do grupo no contexto do seu ambiente físico.

A Geografia lança mão do conceito de lugar principalmente porque esse é a maneira mais completa de se explicar os aspectos mais peculiares desse espaço, segundo Tuan (1979) os lugares apesar de estarem interligados, cada um mantém sua especificidade; por meio das experiências individuais e coletivas os indivíduos vão compreendendo aquele espaço continuamente e concomitantemente atribuindo significados, assim como subscrito:

"[...] o lugar é uma unidade entre outras unidades ligadas pela rede de circulação; [...] o lugar, no entanto, tem mais substância do que nos sugere a palavra localização: ele é uma entidade única, um conjunto 'especial', que tem história e significado. O lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas. O lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado." (TUAN, 1979, p. 387).

Assim como Relph (1976) ainda reforça o quão abstrato é o conceito de espaço e a possibilidade de poder explicá-lo proporcionada pelo conceito de lugar "O espaço é amorfo e intangível e não uma entidade que possa ser diretamente descrita e analisada. Contudo, [...] ele está sempre próximo e associado ao sentido ou conceito de lugar" (RELPH, 1976, p.8).

Relph (1976) chama atenção também para a intencionalidade do lugar, tal intenção pretende consolidar-se para que seu reconhecimento extrapole as fronteiras imaginárias daquele lugar, não necessariamente a título de configuração territorial, mas de espacialização cultural, desta maneira ao mesmo tempo em que se identificam proficuamente também são identificados profusamente, nesse prisma os lugares podem:

"ser objetos da intenção em seu sentido primordial [...] [pois] toda consciência não é meramente consciência de algo, mas de algo em seu lugar, e [...] esses lugares são definidos geralmente em termos dos objetos e de seus significados. Como objetos, no seu verdadeiro sentido, lugares são essencialmente focos de intenção, que têm usualmente uma localização fixa e traços que persistem em uma forma identificável" (RELPH, 1976, pp. 42-43).

Compreender o mundo significa compreender o comportamento humano sobre o espaço geográfico. Tuan (1982) atribui parte significativa desse papel à Geografia

Humanista. “A Geografia Humanista procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico, bem como dos seus sentimentos e idéias a respeito do espaço e do lugar” (TUAN, 1982).

Portanto o conceito de lugar vem complementar este estudo possibilitando uma leitura da paisagem existencial bem mais apurada, partindo do global para o local. De acordo com Tuan (1983) o conceito de espaço torna-se lugar a partir do momento em que criamos vínculo afetivo com determinados subespaços nos quais gradativamente nos reconhecemos como parte daquela paisagem. “transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (TUAN, 1983, p.6).

Como afirmam Claval e Tuan a nomenclatura dada aos lugares na perspectiva de reconhecê-lo como tal, transparece o vínculo entre homem e meio, comprovando esse apego, afinidade e identificação, ao ponto dessa toponímia contribuir para a preservação da memória local.

“O batismo dos lugares [...] Não é suficiente se reconhecer e se orientar. O explorador quer conservar a memória, as terras que descobriu e fazer com que todos a conheçam; para falar dos lugares ou dos ambientes, não há outro meio do que proceder ao batismo da terra e elaborar um vocabulário próprio para qualificar as diferentes facetas do espaço” (CLAVAL, 1999, p. 201). Dar nome a um lugar é dar seu explícito reconhecimento, isto é, reconhecê-lo conscientemente ao nível da verbalização (TUAN, 1975)

Segundo Silva, é justamente a paisagem arquitetônica que revela o espaço existencial no qual, assim como nos lugares, se desperta o apego e a afetividade, essa ligação entre o homem e o meio que ele descobre, constrói, destrói e reconstrói, onde se desenvolve e atribui significado, onde se referencia de acordo com o seu tempo, onde identifica símbolos dos seus antepassados e reconhece a si mesmo.

O denominado espaço arquitetônico é um modo de “concretização do ambiente significativo, a materialização daquilo que se poderia também chamar como espaço existencial, este gênero de espaço não é uma categoria física, mas um fenômeno da percepção afetiva historicamente condicionada” (SILVA, 1994, p. 172).

O Lugar está impregnado de imaterialidade, fenômenos que ocorrem quotidianamente passando a representar um estilo, um conjunto de simbologias consolidando a memória coletiva através do tempo tornando-se então o que chamamos de espaço existencial.

2.3 MEMÓRIA: permanência no tempo e no espaço

“Os geógrafos há muito têm interesse por paisagens relíquias, usando-as geralmente como pistas para a reconstrução de antigas geografias” (CORRÊA; ROSENDAHL, 2004, p.117).

As imagens relíquias nos aguçam a apreender como era o lugar, que agora vemos e queremos desmontá-los para reconstruí-los a partir das impressões visuais cartografadas na paisagem que, se apresentam como marcas nos espaços-tempos semióticos (*espaces – temps sèmiotiques*).

O termo paisagem requer uma análise semiológica, pois ao considerar a percepção visual periférica da interpretação da paisagem relíquia, o efeito incidirá na ordem micro o que pode acarretar nova forma de interpretá-la.

O estabelecimento da memória parece incidir em realidades por intermédio dos significados, que as coisas postas à reflexão desempenham processos metaforicamente inteligíveis aos diferentes aspectos da vida.

Ao tentarmos conceituar *memória* no âmbito dos estudos de geografia cultural percebem-se aspectos gerais que são comuns aos estudos de todas as ciências humanas, principalmente nas áreas de geografia, história, antropologia, e sociologia, as quais entendem a definição de memória como sendo:

[...] a imagem viva de tempos passados ou presentes. Os bens, que constituem os elementos formadores do patrimônio, são ícones repositórios da memória, permitindo que o passado interaja com o presente, transmitindo conhecimento e formando a identidade de um povo (GHIRARDELLO, 2008, p.13).

Contemplemos então uma pequena parte desse relicário exposto a seguir em imagens geofotográficas, e conheça-se um pouco de sua história:



Hotel Globo – (foto: Sâmia Érika/2011)

Box de entrevista 01 em 28/10/2011:

ANTIGO HOTEL GLOBO – A. R., eu sou geógrafo da Secretaria de Planejamento a disposição do Instituto do Patrimônio Histórico da Paraíba, tomando conta da Comissão de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa/PB. Há 22 anos que eu estou aqui, como membro da equipe técnica, nós temos dois coordenadores, mas esses coordenadores tomam conta do IPHAEP, e aqui no Hotel Globo tomamos conta do acervo eu e a engenheira Nelma da prefeitura que é um convênio entre Governo do Estado e Governo Federal. O Antigo Hotel Globo é tombado pelo IPHAEP desde 1980. Primeiro pra falar de benefícios agente tem que citar o governo de Tarcísio Buriti, o qual conseguiu através do Ministro da Cultura que na época era o paraibano Celso Furtado conhecido internacionalmente, fazer esse convênio com o Governo da Espanha, trouxe então um convênio internacional para João Pessoa/PB, então cidades como Olinda/PE como Ouro Preto/MG como Salvador/BA ficaram todos reclamando “porque não lá?” Houve uma justificativa muito plausível, por que João Pessoa (Filipéia de Senhora das Neves) quando foi fundada no período Filipino, ou seja, o Rei da Espanha era o Rei de Portugal, então tivemos uma fundação sob a égide do reino espanhol, mas embora isso tenha ocorrido não que dizer que nós tivemos uma influência espanhola muito grande, pelo contrário a influência espanhola foi muito pequena porque durou apenas de 1580 a 1640, como esta cidade foi fundada em 1585 então se fez parte desse período, mas os benefício são o seguinte: depois desse convênio houve fundação da Oficina Escola do Patrimônio Cultural de João Pessoa que funcionava com a gente, como comissão nós fazíamos os projetos de restauração e revitalização em monumentos públicos, em 20 anos nós fizemos 22 edifícios, num cálculo geral a Espanha investiu aqui cerca de 15 milhões de dólares para que agente pudesse fazer isso, foram apenas 30% do contra parte então agente conseguiu 22 edifícios históricos na Paraíba esse foi o benefício maior, outro benefício foi o estabelecimento da comissão em 1987 que até hoje existe, embora que no momento agente esteja parado mais agente tem contribuído na forma de consultoria, nos temos aqui diariamente muitos estudantes não só da rede publica como também da rede particular do ensino médio e também temos estudantes da universidade que vem aqui consultar nosso acervo e pedir orientação sobre determinados edificações que nos temos um acervo de cadastramento de edificações, não todos mais a maioria dos 117 hectares que formaram a primeira definição do Centro Histórico de João Pessoa, baseado numa planta da cidade 1855 feitas por um governador chamado Henrique Beaurepaire-Rohan então os benefícios são esses 22 edifícios restaurados e revitalizados e a criação da Oficina Escola. O hotel foi fundado e construído em 1929 já reloucado pra esta área aqui, era uma época muito conturbada pro nosso governo, pois estávamos a véspera da revolução de 30 então havia aquelas pessoas partidárias e não partidárias do Governo Federal e os não partidários que queriam fundar aquela aliança liberal etc. João Pessoa foi o vulto principal do estopim da revolução de

1930 com o assassinato dele em 26 de julho de 1930, então isso ocorreu influenciando em todas as áreas política, econômica, social etc. e na urbanização da cidade que estava em pleno vapor. Particularmente ao Senhor Henrique Siqueira proprietário do Hotel Globo, segundo a sua família ele não era partidário de João Pessoa, então muitos antagonismos poderiam advir disto, bem então ele veio com muita coragem e construiu esse hotel, essa casa aqui era uma casa particular e ele adaptou para ser um hotel, esse prédio de primeiro andar ele fez aos moldes europeus, então ficou em baixo o salão de banquetes e em cima os quatinhos, pois são pequenos, com um lavabo lá atrás e na parte dianteira um salão onde as pessoas se sentavam para conversar e fumar os seus charutos, a PBTUR tem a contabilização de turistas estrangeiros e brasileiros e posso adiantar que temos em média 500 a 600 turistas por semana visitando o Hotel globo. Em 1994 o prédio passou por uma reforma que tirou tudo que não era original e deixou só o que era original, com exceção do forro e do piso que não poderiam ser aproveitados, a parte externa foi refeita com muito cuidado para seguir ao máximo a originalidade, a grade foi feita pela oficina escola que trabalha com serralharia, carpintaria, pintura, alvenaria e jardinagem então aquela grade foi feita com folhas imitando o mangue, então da frente até o quintal tudo foi refeito pela oficina escola, Na época o Hotel Globo era o hotel mais chic da cidade até 1937 quando foi construído o Paraíba Hotel depois chamado Paraíba Palace Hotel, também marcou pela vantagem de estar localizado num porto, então durante 300 anos aqui foi o centro da cidade e quando o centro da cidade passa muitos anos numa mesma localidade fica difícil de ser levado para outra quando se tem uma reurbanização, mas com o passar do tempo a população foi abandonado esse centro a medida que o porto passou para Cabedelo/PB em 37 também, então aqui foram ficando apenas os armazéns mais sofisticados da cidade armazéns de estivas em grosso, sofisticados em termos de abastecimento, volume em produtos, então o centro saiu e foi para a parte mais alta da cidade, essa parte aqui foi sendo abandonada bem gradativamente, depois veio a tentativa do Presidente Epitácio pessoa (1919-1922) de construir aqui um porto internacional, só que ele não sabia a dimensão daquilo que ele estava propondo, ele pensava que era só mandar o dinheiro e o povo ia construir, mas havia a necessidade de uma avaliação dos possíveis impactos então o engenheiro André Rebouças um homem inteligentíssimo, filho de escravos fez o relatório mostrando os diversos impactos, que era um manguezal e já era área de assoreamento, o qual foi desprezado pelo presidente simplesmente por racismo e discriminação, a sociedade da época era quase que totalmente preconceituosa, então ao afastar esse relatório o projeto do porto internacional por si só fracassou, durante esse tempo que o presidente esteve em Recife, ele mandou um navio para inaugurar o local do projeto e o navio ficou no meio do caminho, pois se seguisse ia encalhado por causa do assoreamento, deixando o presidente com vergonha do seu próprio descaso com os relatos de impacto da área, ele escreveu um livro onde ele diz “Pela a minha honra eu jamais volto a Paraíba” então essa história também influenciou para o abandono dessa área e o Hotel Globo ficou abandonado, mas entre os anos 40 e 50 o hotel ainda recebeu Procópio Ferreira, Bibi Ferreira, Tônia Carrero quando eram muito jovens, em 1932 Ernesto Geisel se hospedou aqui por um mês antes de alugar uma casa, pois o mesmo era tenente e havia sido transferido pra João Pessoa/PB durante a Revolução de 30.

O resultado da entrevista exposto no **Box 01** mostra o quanto há elementos imateriais compondo a paisagem geográfica a qual circunda um patrimônio arquitetônico histórico de uma cidade, forçando assim uma interdependência que pode-se chamar aqui de “geo-historico-cultural”.

Observa-se, por meio da narrativa do senhor **A. R.** que a representatividade do antigo Hotel Globo em seu contexto histórico ultrapassou obstáculos políticos e econômicos, tornou-se um marco não somente histórico-cultural, mas também um instrumento de intervenção territorial pela localização e para o desenvolvimento do antigo centro comercial da cidade de João Pessoa/PB. Dentro dessa perspectiva, a Geografia permite uma releitura do antigo e de suas implicações para com o novo.

Às vésperas da Revolução de 1930, em meio às pressões políticas, antagonismos com ideologias liberais contrariando o Governo Estadual presidido por João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, o Senhor Henrique Siqueira fundou o Hotel mais sofisticado da cidade com a vantagem de estar muito bem localizado próximo ao Porto do Capim, exatamente no ponto estratégico de fluxo de mercadorias e pessoas brasileiras e estrangeiras, onde foi o centro da cidade por três séculos.

Por cerca de 15 anos, o Hotel Globo foi ponto de encontro da sociedade da época, desempenhando função bastante significativa, era, inclusive, local de realização de bailes e banquetes oferecidos pelo Governo e pela sociedade da época. Devido hospedar pessoas influentes como usineiros, negociantes, famosos, políticos e viajantes estrangeiros tornou-se um ponto de eventos importantes para o estado e para o país, onde aconteciam reuniões entre autoridades.

É importante notar quais foram os fatores que impulsionaram para o declínio do Hotel Globo: primeiramente outros hotéis de mesmo nível foram sendo construídos no centro da cidade o que interferiu na concentração e volume dos hóspedes. Até que em 1937 foi fundado o Paraíba Palace Hotel com estrutura superior e localizado na parte alta da cidade para onde o processo de reurbanização estava transferindo o centro da cidade, como também o Porto do Capim/Varadouro estava sendo desativado gradativamente com a fundação do Porto de Cabedelo/PB. O Presidente Epitácio Pessoa projetou a construção de um porto internacional naquela localidade; o que não teve êxito por conta da inviabilidade ambiental da área de mangue e também por haver desvios de verbas.

O entrevistado fez questão de frisar que apesar da mínima influência espanhola durante a fundação da cidade de (1580 a 1640), os benefícios que o governo Tarcísio Buriti de (1987 a 1991) trouxe para a restauração de prédios históricos em João Pessoa/PB através do convênio Brasil/Espanha foi de extrema relevância, pois houve um investimento de 15 milhões de dólares por parte da Espanha.

Certamente, ao analisar a paisagem geográfica possam-se encontrar aspectos relevantes para explicação de situações atuais cuja problemática esteja vinculada a eventos fragmentados no espaço/tempo, ocultadas pela sobreposição de sucessivos símbolos e significados, no caso do Hotel Globo isso não aconteceu, pois a mudança

de função que antes era de hotelaria e hoje é de espaço cultural, conseguiu evidenciar os símbolos culturais ali presentes, sediando a Oficina Escola de João Pessoa, a Comissão do Centro Histórico e a Subsecretaria de Cultura do Estado, prestando um serviço de consultoria aos estudantes e pesquisadores que precisam do máximo de informações e documentações sobre a maioria dos prédios tombados na cidade, sendo assim um local de importante riqueza em termos de cultura regional, ainda por muitas vezes, palco de eventos culturais, tais como lançamentos de livros e exposições de artistas plásticos. Atualmente, o hotel recebe aproximadamente 2400 visitantes por mês entre brasileiros e estrangeiros, do pátio que conserva no seu exterior o mesmo e belo pôr-do-sol que pode ser contemplado desde sua origem, tendo como paisagem natural o Rio Sanhauá. É tombado pelo IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba) desde 26 de agosto de 1980.



Mosteiro de São Francisco – (foto: Sâmia Érika/2009)

Box de entrevista 02 em 28/10/2011:

MOSTEIRO DE SÃO FRANCISCO – J. S. da equipe de apoio aos turistas. Aqui era um convento de formação, foi o IV Convento da Ordem Franciscana no Brasil, aqui eles preparavam os jovens para serem transferidos para outros conventos e então poder desempenhar um trabalho social porque esse é o compromisso da ordem franciscana no Nordeste. Iniciou com os franciscanos em 1589 até 1885, depois passou a ser uma escola de aprendiz da marinha, foi um hospital, foi seminário da diocese, museu do estado, colégio do estado e em 1990 passou a ser Centro Cultural, é tombado pelo patrimônio nacional IPHAN, o tombamento é muito importante pra cidade cujo patrimônio está localizado, mas em termos de benefícios adquiridos através do tombamento, já não temos tantos em relação a isso, Os estrangeiros ao visitarem o Convento de São Francisco demonstram um conhecimento prévio sobre essa obra arquitetônica e sua história, a quantidade de paraibanos visitantes é bem inferior. É feito um trabalho de divulgação através de sites e de folders que são

distribuídos aqui para os visitantes, mas em minha opinião esse trabalho deveria ter mais ênfase nos demais meios de comunicação, como também ser realizado mais eventos em prol da arte e cultura popular, pois são poucos no Brasil que tem um acervo tão rico quanto o nosso. Para a construção desse prédio nós tivemos a participação integral do índio e do negro e isso merece ser ressaltado. Esse prédio já passou por grandes reformas, mas nunca perdeu suas características originais, pois tais reformas sempre procuraram seguir ao máximo o padrão original.

Segundo **J. S.**, o conjunto arquitetônico do Mosteiro/Igreja de São Francisco levou dois séculos para ser construído (1589-1788) cuja mão-de-obra foi escrava tanto para o negro quanto para o índio. Teve várias funções desde sua origem, o que nos dá uma noção de sua longa permanência no tempo visto que cada funcionalidade ali estabelecida mostrou-se de grande interferência para a sociedade local, como a função de formar jovens franciscanos para desempenhar um trabalho social, atividade desempenhada por aproximadamente 150 anos, configurando assim um território de poder religioso.

Os franciscanos viveram no convento até 1885. De 1885 a 1894, chegou a servir de residência a diretores holandeses, durante a invasão holandesa, período no qual teve suas obras interrompidas, o mesmo foi tomado pelo império, que instalou no Convento uma Escola de Aprendizes Marinheiros e um Hospital Militar. Posteriormente, com a criação da Diocese da Paraíba, o 1º Bispo da Paraíba, Dom Adauto de Miranda Henriques, conseguiu reavê-lo com a finalidade de iniciar Seminário e Colégio diocesano. Por 70 anos o convento foi casa de formação sacerdotal. Depois foi local de funcionamento de algumas instituições do Estado e, em 1979, todo o Conjunto foi fechado para restauração. Embora tenha sido feita bastante reforma no referido prédio, o mesmo nunca perdeu suas características originais. Finalmente, aos 6 de março de 1990, foi reaberto como Centro Cultural de São Francisco.

O entrevistado diz que o tombamento pode expressar certo status turístico para aquela cidade ou estado onde esteja localizada uma determina obra arquitetônica, mas no que diz respeito aos benefícios e recursos que possibilitem uma manutenção satisfatória daquele patrimônio isso já não se pode garantir, ou seja, uma consciência preservacionista por parte dos cidadãos, visitantes, turistas e comissão encarregada pela manutenção diária daquele exemplar pode oferecer um suporte bem mais significativo aos símbolos materiais e imateriais ali impressos, no entanto o número de

paraibanos é inexpressivo diante do número de visitantes de outros estados e países.

Na maioria das vezes os estrangeiros manifestam um conhecimento prévio sobre a história e a representatividade cultural do monumento, o que não se observa entre os visitantes brasileiros, com exceção daqueles que fazem parte da comunidade acadêmica, como professores que levam seus alunos e pesquisadores do ramo da Arquitetura, História, Turismo, Geografia, Antropologia Cultural, etc.

J. S. ainda enfatiza lembrando que poucas cidades no Brasil detêm um acervo histórico-cultural tão rico quanto o de João Pessoa/PB e, portanto, reforça fazendo uma crítica ao trabalho de divulgação da arte e cultura em nosso estado, pois segundo ele ainda deixa muito a desejar.



Casarão dos Azulejos – (foto: Sâmia Érika/2011)

Box de entrevista 03 em 28/10/2011:

CASARAO DOS AZULEJOS – **E. S.**, vigilante, aqui funciona a Secretaria de Cultura do Estado da Paraíba cujo secretário é o músico Chico César. O Casarão dos Azulejos não é mais aberto para visitação, somente a parte externa. O revestimento externo todo em azulejo é exclusividade no centro histórico de João Pessoa/PB, pois foram importados de Portugal durante a colonização. A parte interna do prédio é toda em mosaico. O prédio conserva suas características originais. Existe um projeto para reabertura do prédio para visitação interna caso possa ser dividido, ou seja, a Secretaria no primeiro andar e o térreo para visitantes, ou se caso outro prédio seja alugado para esse órgão, mas enquanto estiver instalada aqui não haverá espaço disponível para a retomada dessa atividade. **D. M.**, fotógrafa,

o Casarão dos Azulejos pertencia ao comendador Antônio dos Santos Coelho, servindo de residência a sua família. Posteriormente, o prédio serviu de repartição pública, escola, o que resultou numa descaracterização do ambiente. Constitui um patrimônio histórico de importância significativa sua obra data do século XIX devido à forma como se apresenta: sua parte externa é toda revestida de azulejos portugueses em tons de azul, trazidos da cidade do Porto. É considerado um dos mais belos exemplares da arquitetura colonial na Paraíba.

O levantamento de dados sobre o Casarão dos Azulejos no decorrer dos trabalhos de campo para a realização da presente pesquisa tem-se apresentado de maneira um tanto insatisfatória, pois além do prédio estar indisponível para visita e sediar a Secretaria de Cultura do Estado, portanto uma repartição que deveria disponibilizar um “canal” de consultoria para informações aprofundadas sobre os patrimônios culturais da cidade, até o momento não foi encontrado no local nenhum funcionário apto a prestar tais informações.

Sabe-se que o prédio foi construído no século XIX com a função de residência cuja família era de um homem ilustre, que carregava o pronome de “Comendador” Antônio dos Santos Coelho, o qual revela de antemão que o mesmo recebeu honrarias por alguma ação significativa. Sabe-se também que a fachada do monumento é totalmente revestida por azulejos portugueses de rara beleza e que esse detalhe é exclusividade dentre os demais prédios que compõem o centro histórico de João Pessoa/PB.

Diante dessa dificuldade em obter algum registro histórico mais abrangente sobre tal exemplar, desperta-se a consciência de que exclusivamente a estética arquitetônica, ou seja, a materialidade, a concretude dos símbolos impressos na paisagem cultural são capazes de despertar a capacidade perceptiva do sujeito, porém não proporcionam por si só o reconhecimento individual ou coletivo, é indispensável traçar uma imagem além da visual, uma imagem memorial configurada pela nossa vivência local ou de outrem. Para que seja possível tomar posse do legado ali depositado é necessário que se busque os elementos (i)materiais correlacionando-os entre si considerando as mais diversas intencionalidades.



I Convento, Igreja de Nossa Senhora do Carmo e Capela de Santa Tereza – (foto: Sâmia Érika/2011)

Box de entrevista 04 em 28/10/2011:

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO - Sou **W. C.**, cuida da manutenção e segurança do Convento Carmelita, a história que conheço é que essa Igreja tem estilo Barroco, que foi construída pelos frades carmelita portugueses que foram para Pernambuco e depois vieram para cá para a Paraíba, a construção durou 102 anos de mão-de-obra e como a madeira aqui é muito escassa eles fizeram de pedra calcária, é tombada pelo IPHAN, a maioria dos visitantes são estrangeiros. A igreja do Carmo é uma igreja totalmente em atividade, tem missa todos os dias as 16h e no domingo as 10:30h, mas todas as manhãs ela está aberta para visitação até meio-dia. A igreja do Carmo é uma grande riqueza para a cultura de João Pessoa/PB. A gente passou por uma reforma que foi o retelhamento, arriamos o forro e recuperamos o ar fresco original (gravuras desenhadas no forro de madeira), porque olhando a documentação da arquidiocese nós descobrimos que em baixo de sete camadas de tinta azul existiam esses desenhos originais então recuperamos esse e aquele do coro, estamos agora aguardando uma verba do IPHAN para darmos continuidade por que o fato de um prédio ser tombado não garante a manutenção merecida, conseguimos realizar restaurações também através de doações, também colocamos um Fusquinha na rifa e vamos fazendo aos poucos por que é um trabalho vagaroso e muito caro, pois os órgãos do governo são bastante defasados e não dão o suporte como em estados como a Pernambuco que tem um pouco mais de investimento, Bahia e Minas Gerais onde existe um investimento bem maior. Somente os bancos do lado do altar são originais, pois essas igrejas grandes antigamente não tinham bancos os fies vinham assistir a missa e ficavam naquela parte de baixo e aqui ficava tudo vazio, os padres celebravam a missa de costas para o povo e em latim de lá do altar-mor por que como os padres viviam recolhidos em retido espiritual não podiam entrar em contado direto com o povo pecador, então esse espaço de baixo representava o espaço do pecado, faz parte da cultura daquele tempo.

Segundo **W. C.** a Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo datam ambos do século XVI. Construídos pelos carmelitas, que aqui chegaram a pedido de D. Henrique, sua obra é toda em pedra calcária devido a escassez de madeira, a fachada e interior da Igreja são trabalhados em rococó e a construção levou aproximadamente 102 anos.

Quando da invasão holandesa, houve perseguição aos carmelitas, com isso, muitos detalhes sobre as obras realizadas por esta ordem se perderam, visto que seus documentos foram enterrados e não recuperados. Quase mais nada há do antigo convento. Em 1905 este foi transformado para servir de residência a Dom Aduino de Miranda Henrique, 1º bispo paraibano. Ainda hoje o local do antigo convento serve como residência episcopal. Os carmelitas também construíram a Capela de Santa Tereza de Jesus da Ordem Terceira do Carmo, que data do século XVIII e foi concluída em 1777, por frei Manuel de Santa Tereza. Edificada anexa à igreja de Nossa Senhora do Carmo, destaca-se pela riqueza artística do seu interior. Ainda hoje é utilizada para culto religioso católico e é local de funcionamento da Ordem Terceira dos Carmelitas.

O entrevistado diz que embora seja caro e de exaustiva lentidão, o trabalho de restauração do Conjunto Carmelita tem conseguido resgatar boa parte de suas características originais por meio de algumas verbas do IPHAN, mas também por meio de doações, pois como o conjunto é uma igreja em plena atividade logo pode contar com a colaboração assídua e comprometida dos fiéis.

É importante perceber a significativa mudança ocorrida no cenário religioso, pois é notório que o poderio quase absoluto que predominava até o século XVIII foi tornando-se mais maleável, como se pode comprovar através do exemplo citado pelo entrevistado ao explicar como se dava o ritual das antigas missas celebradas em latim nas quais os padres não podiam manter contato com os fiéis, pois representavam a mistura “pecaminosa” do sagrado com o profano, o que hoje já não existe mais, pelo contrário, hoje os padres dão a comunhão na boca dos fiéis e fazem shows dançantes para multidões seguidoras de múltiplas crenças. Essa maleabilidade pode ser explicada por diversos fatores, entretanto apenas um deles é pertinente, abordarmos em pauta por estar vinculado a análise da paisagem geográfica cujo fator trata-se do processo de multiculturalização religiosa, que é apenas uma consequência da globalização e do acelerado desenvolvimento informacional.



Theatro Santa Roza – (foto: Sâmia Érika/2011)

Box de entrevista 05 acessada em 15/10/2011:

THEATRO SANTA ROZA – E. V. talvez um dos mais polêmicos temas com que se defrontam os historiadores paraibanos, seja a respeito da grafia correta do nome de uma das mais antigas casas de espetáculos da Paraíba, marco importante da cultura paraibana do século XIX. Alguns escrevem Teatro Santa Rosa (com “s”); outros, redigem Teatro Santa Roza (com “z”). Afinal, o nome do nosso teatro seria com “s” ou com “z”? Ao observarmos o frontispício de nossa velha casa de espetáculos, vemos que ali está escrito: “THEATRO SANTA ROZA” (com “z”). Teria sido uma homenagem ao pintor paraibano Thomaz Santa Rosa Júnior? Ou um protesto de veneração e respeito ao último presidente da província da Parahyba do Norte, Francisco Luiz da Gama-Roza? Ou teria sido uma promessa de fidelidade à Comenda da Ordem Imperial da Rosa com que, em 1859, Sua Majestade D. Pedro II, condecorou vários titulares da capital parahybana, com esta ordem nos graus de Cavaleiro, Oficial, Comendador, Dignitário, Grande Dignitário e Gran-Cruz? Ou um preito de gratidão ao médico português João Ferreira da Rosa que clinicou na capitania de Pernambuco, quando ali irrompeu a grande epidemia de febre amarela dos últimos meses de 1865? Ou quem sabe algum ato de cortesia, de consideração para com Santa Rosa de Lima, religiosa dominicana, padroeira de todos os países da América do Sul e dos filipinos? Ou quiçá, alguma alusão ao famigerado boticário Santa Roza, falecido à volta de 1880, criador do famoso elixir “cabeça de negro” que levava seu nome? Na verdade, o que se sabe, é que a inauguração de nossa maior casa de espetáculos ocorreu a 3 de novembro de 1889, conforme reportagem completa da festa veiculada no jornal **Gazeta da Parahyba**, edição do dia 5 de novembro de 1889; fato tão bem explorado pela pesquisadora Fátima Araújo, membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, em sua exaustiva obra “*Santa Rosa um teatro centenário 1889 - 1989*”. Uma vez ciente da afirmativa acima, exclui-se a possibilidade do nome do teatro ter sido em homenagem ao pintor paraibano Thomaz Santa Rosa Junior. Uma outra

hipótese refere-se a Francisco Luiz da Gama-Roza, último Presidente da Província da Parahyba do Norte. De personalidade marcante, culto e intelectual, demonstrando, todavia, ser um homem simples e desprovido de vaidade, Dr. Gama-Roza aspirava oferecer um teatro de vulto à província parahybana, concluindo a obra cuja pedra fundamental fora colocada por uma sociedade particular constituída dos comprovincianos Dr. Félix Antonio Pereira Lima, Francisco José do Rosário, Francisco Primo Cavalcante de Albuquerque, Vicente do Rego Toscano de Brito e José Pedro Baptista Gonçalves, com patriótica orientação do Comendador e Sacerdote Lindolpho José Corrêa das Neves. Na verdade, a primeira pedra do edifício do “Theatro” Público da Capital, na Praça Pedro Américo, foi colocada vinte anos antes, precisamente a 28 de janeiro de 1853. No ato de lançamento da primeira pedra do edifício do “Theatro” Público da Capital, um fato curioso e inusitado chamou a atenção do presidente da província parahybana e demais autoridades presentes. O vigário da capital negou a bênção à dita pedra por se tratar de uma casa destinada a espetáculos, declarando que a ela não se prestaria por ir de encontro aos sagrados canones da igreja e às doutrinas dos santos padres que se opõem e reprovam as casas de teatro. Já existia na capital da província, além do “Teatro Santa Cruz (Sociedade Dramática Santa Cruz)”, duas novas sedes de representações: o “Gymnasio Parahybano” e o “Theatro Coliseu Parahybano”. Este último, considerado a casa de espetáculos mais antiga da Paraíba, surgida sob questões políticas nacionais, muito complexas. O “Theatro Coliseu Parahybano”, como empreendimento privado, funcionava à Rua da Areia, nº 288, no prédio que, nos primeiros anos do século XX, foi a residência do negociante português Manoel de Carvalho Bastos. O imóvel foi demolido em 1995 e seu proprietário encontra-se respondendo processo junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP). A bela construção traz linhas influenciadas pelo barroco italiano, além de materiais nobres como o revestimento interno de madeira, tipo Pinho de Riga, utilizado na construção dos camarotes. O esmero continua no assoalho, na cobertura, nas esquadrias e na decoração, repleta de candelabros. O espaço é aberto para visitação de segunda a sexta-feira. Nos finais de semana, abre somente quando há espetáculos. O teatro já passou por várias reformas, mas nenhuma mudou o seu estilo arquitetônico, que é o greco-romano.

Muitas curiosidades rondam a história do Theatro Santa Roza desde sua construção até os dias atuais, o que também é de interesse da Geografia Cultural visto que a mesma consegue lidar com a análise da imaterialidade e também do imaginário popular. Entretanto pretende-se limitar aqui apenas os resultados obtidos com as entrevistas, o que não foi o caso do teatro, pois a diretora do estabelecimento chamada Fabíola Moraes se recusou a dar entrevista, alegando que seria necessário conseguir uma autorização com a presidente da Fundação Espaço Cultural (FUNESC) de nome Lu Maia. Diante desse impasse, optou-se por substituir a entrevista por um levantamento teórico específico, ou seja, citar algum artigo no qual o tema central fosse o Theatro Santa Roza.

Sabe-se que a toponímia dos lugares carrega consigo parte relevante da história destes, a denominação de uma rua, bairro, cidade, monumento, etc., também constitui um patrimônio histórico, pois se trata de um símbolo assim como qualquer outro que foi criado para melhor reconhecimento do sujeito para com a distinção do objeto. Em relação ao Theatro Santa Roza não é diferente, o “Roza” escrito com “z” gera bastante curiosidade, pesquisas, debates, polêmicas e até mesmo conflito de ideias entre estudiosos com o objetivo de mudar o nome, isto é, trocar o z pelo s, o

que na realidade significaria exaltar alguma personalidade immortalizando o seu nome num letreiro de um monumento secular, ou então renegá-lo retirando-o.

A construção propriamente dita do atual teatro pessoense iniciou-se em 1873, por autorização da Lei Provincial nº 549. As obras - A cargo da Sociedade Particular Santa Cruz - foram suspensas em 1882, por ter essa entidade exaurido seus recursos. Os serviços reiniciaram-se na administração do último governo provincial da Monarquia, Francisco Luiz da Gama Roza (Daí a designação de Teatro Santa Roza). Quando finalmente concluído em 1889, ocasião na qual foi encenado o drama "O Jesuíta - ou O Ladrão da Honra", peça de Henrique Peixoto. O prédio ficou olhando para o sul, no antigo Campo do Conselheiro Diogo (Atuais Praças Pedro Américo e Aristides Lobo). Monumento bastante representativo de nossa arquitetura civil no século passado tem linhas influenciadas pelo barroco italiano e, entre os materiais de construção empregados para erguê-lo, contam-se pedras calcárias (Para os grossos paredões) e pinho de riga (Camarotes).

Figurando entre as mais antigas casas de espetáculos do país, durante muito tempo a mesma serviu para exposições cinematográficas. Recentemente foi restaurado para se modernizar, mas sem perder o antigo estilo. Devido ao seu valor artístico-cultural foi tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



Estação Ciência – (foto: Sâmia Érika/2011)

Box de entrevista 06 em 09/07/2011:

ESTAÇÃO CIÊNCIAS – **A. F.** hoje atuo aqui na Estação Ciência como Gestor do Fundo de Manutenção deste espaço e estou desde o início da gestão da Estação Cabo Branco mais conhecida como Estação Ciência e este prédio foi pensado pelo prefeito da capital Ricardo Coutinho hoje Governador do Estado, um espaço que reunisse o desenvolvimento turístico e a questão da acessibilidade não apenas à comunidade residente no município, mas também as pessoas que visitam a cidade, mas acessibilidade a ciência, cultura e arte através do viés educacional que é a grande missão deste espaço que está localizado no ponto mais oriental das Américas, não deixa de ser um ponto turístico, pela questão da localização, mas que o objetivo precípua é a questão da educação. É um espaço que é dedicado a educação, então aqui nós recebemos em sua maioria são os estudantes do sistema municipal de ensino de João Pessoa, turistas nacionais e internacionais e também a questão do público que nós temos que são os participantes dos eventos que realizamos aqui. É porque a instituição atua como centro de convenções pelo fato da ausência de um espaço pra realização de eventos aqui no Estado principalmente na capital, temos um auditório e salas de convenções para realização de congressos, feiras, simpósios, palestras, então nós temos um bom público que vem até aqui na estação para participar de eventos de cunho educacional e profissional, então esse espaço é uma obra criada por Oscar Niemeyer e hoje ele é o espaço mais visitado do município de João Pessoa conforme pesquisa realizada a pouquíssimo tempo, primeiramente só concorria com o Centro Cultural São Francisco e hoje a visitação deste espaço é bem maior do que a visitação ao Centro Cultural São Francisco o que acontece hoje são realmente extremos, nós estamos aqui na outra extremidade de João Pessoa e o Centro Histórico da Capital que antes era o local mais visitado, hoje a Estação se torna a referência de sua localização, pela história de em tão pouco tempo que ela repercute no cenário cultural e artístico aqui do município, e em questão mesmo do reconhecimento do trabalho que tem sido feito aqui, nos outros estados e até em outros países, e hoje a Estação está no roteiro que se faz vindo de Recife ou Rio Grande do Norte a Estação é sempre um local de parada desses roteiros. Esse prédio é uma junção de três ou quatro podemos dizer um dos prédios é uma torre mirante que comporta um museu de ciências e um salão para exposições e o outro prédio onde está localizado o auditório, duas salas de convenções e a administração, o prédio que é voltado pra realizações de oficina artístico-pedagógicas e o outro prédio que é o novo teatro destinado para apresentações artístico-culturais, temos uma visitação muito grande pelas áreas interfaces a qual nós reunimos aqui, então desde estudantes até a comunidade residente no município, turistas e estudantes do próprio sistema municipal de ensino e de outras entidades privadas. A importância que esse prédio traz hoje aqui para esse município no caso das pessoas que tem menos acessibilidade na questão da ciência, cultura e da arte. Nós aqui temos a missão de levar ao município de João Pessoa ao acesso a ciência, a cultura e a arte de uma forma gratuita, não cobramos nada em nosso espaço, na nossa visitação e participação nos nossos projetos e programas, hoje estamos com o projeto “Estação vai à comunidade”, em que nós levamos o nosso planetário digital para que os alunos nas comunidades possam ter acesso a questão da ciência por volta do planetário, dentre tantos outros programas como a robótica, a astronomia, a questão das oficinas de arte-pedagógica direcionada também ao público todo e qualquer visitante seja ele turista, estudante, morador, ele vai ter acesso a questão da programação artístico-cultural do nosso teatro, da apresentação de dança, de música e de tantas outras apresentações. Estamos numa fase de ampliação, estamos agora construindo um outro prédio, que chamamos por enquanto de anexo que ainda não está definido, mas que esse espaço vai ficar para à questão da arte, de exposições, grandes exposições de artes e este prédio que nós chamamos de “Torre Mirante” ele vai ficar mais direcionado para a questão Educacional mais voltado para a Ciência, temos também a céu aberto atrás do nosso teatro a implantação do museu de ciência que nós chamamos de “Caminho do conhecimento” que estão instalados doze experimentos de ciência e é direcionado também a grupos escolares e também aos visitantes, nós fazemos um percurso sobre a questão do conhecimento, voltado para a matemática quântica e a ciência física. Nós não temos uma contabilização específica de visitantes internacionais, visitantes de outros estados e visitantes daqui da Capital, mas o que a gente tem é um percentual quantitativo geral de visitantes que a gente faz esse controle pelos livros de assinatura e nós temos também o sensor de contagens de pessoas.

Segundo **A. F.**, a Estação Ciência alcançou patamares notáveis no cenário turístico, artístico e educacional da Paraíba, superando até o Mosteiro de São Francisco no que se refere ao potencial de atração de visitantes, entretanto o

entrevistado destaca que o principal interesse da Estação Ciência é proporcionar acessibilidade à educação, cultura e arte para todos que ali possam chegar ou que possam receber em qualquer localidade os projetos ali oferecidos.

A Estação Ciência de Cultura e Artes de João Pessoa foi inaugurada em 2008. O projeto arquitetônico é de autoria de Oscar Niemeyer e ocupa uma área construída de mais de 5000m². Está localizada no centro da Zona Especial de Preservação do Parque do Cabo Branco, que também abriga o Farol. O conjunto arquitetônico tem a finalidade de apoiar a difusão cultural e a realização de pesquisas científicas voltadas à área continental (incluindo as falésias), o altiplano e a faixa marinha próxima à costa de João Pessoa.

O complexo que compõe a Estação compreende cinco edificações. Todo o projeto foi elaborado com vistas a se harmonizar com a iniciativa do Governo Municipal em frear o desequilíbrio ambiental e promover o desenvolvimento auto-sustentável. Tal iniciativa é de grande importância porque a região do Altiplano do Cabo Branco é uma das áreas da Paraíba que mais têm potencial para crescimento imobiliário. Diversos empreendimentos (como hotéis e condomínios horizontais) estão com projetos ou mesmo obras nessa região, que apresenta vista privilegiada, terrenos planos, clima agradável, proximidade de João Pessoa e Recife.

A fim de contrastar o velho e o novo, expõe-se o sexto e último exemplar arquitetônico focado pela pesquisa em pauta. Estamos diante de um patrimônio arquitetônico moderno e inovador, tanto na forma quanto na função, assim como os cinco exemplares já citados também se apresentaram à sociedade em seu tempo. É a possibilidade de fazer essa leitura da paisagem arquitetônica que se pode encontrar na paisagem geográfica as implicações reais de um contexto histórico para outro, por exemplo, eis a questão: será que no cenário mundial atual, ou sendo mais específico, será que perante o desenvolvimento técnico-científico-informacional presente, os patrimônios arquitetônicos modernos conseguirão garantir a consolidação de um legado e de sua permanência no tempo? Não se trata de tentar adivinhar o futuro, mais sim de planejar, de rever conceitos, integrar idéias e entender o porquê, o que ontem era futuro tem a possibilidade de se tornar o caos do presente.

3 GEOGRAFIA DO PATRIMÔNIO

3 A GEOGRAFIA DO PATRIMÔNIO

3.1 Patrimônio Histórico de João Pessoa/PB

É sabido que a cidade de João Pessoa/PB está entre as primeiras cidades fundadas no Brasil, datando do ano de 1585 denominada a priori como Filipéia de Nossa Senhora das Neves, portanto estamos diante de um acervo arquitetônico rico nos aspectos histórico-culturais.

Segundo Moura Filha (2006), a cidade de João Pessoa foi fundada em 1585, e o desenho formado pelas suas ruas, praças e construções revela uma regularidade que se aproxima do modelo de cidades portuguesas planejadas. O Centro Histórico da cidade mantém ainda muito dessa malha urbana original, e é através da sua preservação que esta área continua a ser referencial histórico da ocupação territorial não apenas local, mas do Brasil do século XVI, uma vez que é um dos exemplares de organização e desenvolvimento de cidades coloniais deste período.

Ainda hoje é possível ver que o núcleo urbano era definido por duas zonas diferenciadas, determinadas pela própria topografia. Na margem do rio, em posição estratégica (tanto pela defesa do território quanto pelo comércio), está a Cidade Baixa, representada principalmente pelo bairro do Varadouro. Ali foi criado um porto fluvial na cidade, o Porto do Capim, servindo ao escoamento da produção açucareira. A ocupação desta área estendeu-se ao longo do Rio Sanhauá, se ramificando, de forma não planejada, até os limites da Cidade Alta.

É interessante notar a posição das edificações administrativas e religiosas, geralmente em terrenos mais altos, simbolizando a importância que estas tinham para a organização da cidade. Junto a elas situavam-se também a população mais rica da cidade, formando assim o núcleo da Cidade Alta.

Mas o Centro Histórico de João Pessoa abarca não apenas o patrimônio edificado, inclui boa parte do ambiente natural que marca esta zona, principalmente no que diz respeito à ligação entre o Rio Sanhauá e a cidade, formando uma identidade paisagística que relaciona o meio físico aos espaços construídos.

Nada mais lógico que o centro da cidade, berço de sua identidade e símbolo forte da sua cultura, seja um dos pólos de atividades desta natureza, sendo palco para manifestações regionais variadas. Entre elas citamos as celebrações e ritos religiosos (a exemplo da festa da Padroeira, Nossa Senhoras das Neves), com sons, produtos do artesanato, culinária regional, folguedos e o rico folclore. Tudo isso faz parte da atmosfera do Centro Histórico de João Pessoa, que precisa ser também documentado como registro imaterial, para garantir no futuro sua continuidade.

Situação, sítio, formas, funções, paisagem natural e paisagem construída, definem um conjunto coerente onde é possível assinalar a passagem do tempo através da transformação da paisagem que foi tombada, preservando-a para o futuro como símbolo de identidade.

O Centro Histórico de João Pessoa consiste então, em um conjunto urbano com identidade própria, com espaços naturais e construídos que justificaram seu assentamento, e que explicam também as sucessivas mudanças pelas quais esse núcleo foi passando. Por isso, a preservação deste conjunto é tão importante para a memória e identidade da cidade (MOURA FILHA et. al., 2006).

3.2 Aspectos Geográficos do Patrimônio

Para adentrarmos a discussão sobre patrimônio é necessário que tenhamos uma noção conceitual do termo patrimônio. Desde os primórdios o patrimônio está relacionado ao legado de todo e qualquer bem significativo para a humanidade, seja ele de proveniência econômica ou cultural. O trabalho em pauta se refere aos bens materiais e imateriais precisamente ao acervo arquitetônico antigo da capital João Pessoa/PB a qual completou quatrocentos e vinte seis anos e, portanto está entre as cidades mais antigas do País. O termo patrimônio vem do latim “patrimonium, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo que pertencia ao pai, pater ou pater familias, pai de família” (FUNARI; PELEGRINI, 2006). Com o correr dos anos esse conceito ganhou nova conotação, isto é, passou a ser interpretado como o conjunto de bens culturais com significados atribuídos pela coletividade estendendo-se a nações inteiras e sua diversidade cultural. “[...] por meio de um processo semântico, esse conceito extrapolou a esfera individual a que exclusivamente se aplicava, para definir,

hoje, até a base material de povos e nações” (CURTIS, 1980). Mais recentemente chegou-se a uma conceituação que explicita que:

Patrimônio Cultural é o conjunto de bens, de natureza material e/ou imaterial, que guarda em si referências à identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos sociais. É um elemento importante para o desenvolvimento sustentado, a promoção do bem-estar social, a participação e a cidadania (GHIRARDELLO, 2008, p.13).

Sendo então o patrimônio cultural todo conjunto de bens materiais e imateriais, a consciência preservacionista tornou-se instrumento primordial para a permanência destes símbolos responsáveis pelo reconhecimento sociocultural dos mais diversos grupos culturais, pois sem a existência e a difusão dos equipamentos urbanos em forma de registros arquitetônicos o homem romperia seu vínculo com o passado e a história não seria configurada. O patrimônio diz respeito a “um bem ou ao conjunto de bens culturais (materiais ou imateriais) e naturais que tenham valor reconhecido para uma cidade, região, estado, país ou humanidade” (ASSUNÇÃO, 2003).

Na história contemporânea vislumbra-se uma grande multiplicidade de manifestações culturais através dos meios de comunicação em geral, o que não significa uma integração entre os diversos grupos, mas uma fragmentação das identidades individuais acarretando um processo de vulnerabilidade cultural desde o indivíduo até a paisagem geocultural dos lugares. Apreende-se que a preservação da paisagem arquitetônica é uma ação que deve partir da ligação do homem com o seu lugar para que seja possível alcançar uma esfera espacial mais abrangente como uma cidade, um estado, uma região, até mesmo um país. O bem cultural compreende toda “produção dos homens nos seus aspectos emocional, intelectual e material, tudo que permite ao homem conhecer a si mesmo e ao mundo que o rodeia” (ATAÍDES, 1997, p.11).

Nos espaços urbanos mais antigos encontram-se grandes acervos arquitetônicos impregnados de significados correspondentes a cada tempo histórico, um conjunto de fatores, causas e efeitos por eles gerados e a eles atribuídos. Daí argumentar Del Rio:

A arquitetura se caracteriza num fenômeno cultural que participa dos processos de organização da sociedade e da produção da paisagem. Logo, a cidade traz consigo as minúcias e características de cada estágio cultural e de desenvolvimento tecnológico da coletividade que a concebeu, pois “cada época abriga certo tipo de sociedade,

geradora e fruto, ela mesma, de uma cultura única, impossível de ser reproduzida em outro espaço temporal” (DEL RIO, 1998, p. 102).

Ao criar símbolos e atribuir significados impressos na paisagem, o homem vai postulando sua identidade e tendo a reconhecer o espaço como seu lugar, o que permite ao indivíduo perceber as diferenças ao seu redor e ao entrar em contato com novos espaços, ou seja, essa possibilidade perceptiva dá ao sujeito a noção dos seus valores e a consolidação de sua cultura. Denota, assim, atribuir-se que [...] é por meio das transformações físicas resultantes das tentativas de alcançar a melhor solução no que se refere à adequação dos espaços às necessidades de cada época que acontece o estabelecimento das dimensões simbólicas, ou seja, a atribuição dos significados e a conseqüente consolidação da identidade (CASTRO, 2007, p. 20).

Estamos vivenciando uma época em que todas as paisagens são produzidas pela humanidade, onde este último passou a representar o elemento mais dinâmico do espaço, pois a presença do elemento humano compondo a paisagem deu a esta conotações subjetivas, fazendo com que a paisagem se revelasse muito além do visível a ponto de dar concretude às intencionalidades através dos diversos equipamentos urbanos como, por exemplo, implícitas em diversos exemplares clássicos da arquitetura global os quais mesmo estando em ruínas mantém intactas suas imponências. Nesta “[...] o homem é parte inseparável da paisagem, ela é seu território de experiência, ou seja, é o homem quem vivencia as paisagens, atribuindo a elas significados e valores” (MACHADO, 1988).

Pode-se então afirmar que o termo patrimônio hoje significa a materialidade dos diversos aspectos que representam uma sociedade, estando estes ligados às formas peculiares de vida. Por estar ligado a essa peculiaridade, o patrimônio possui uma grande importância para a comunidade que o detém, pois este diz respeito a sua identidade, sua história. Tendo o patrimônio tal importância para a preservação da identidade de um povo, sua manutenção tem o poder de garantir a sobrevivência da memória social de uma localidade, servindo assim como sua estrutura (VINHAS, 2005). Então, sendo a memória o suporte fundamental da identidade, a construção dela é decisiva para a construção e desconstrução de identidades coletivas, e o patrimônio cultural edificado pode ser considerado como o suporte da memória social (MESENTIER, 2005).

Deve-se, portanto lembrar que a relevância dos acervos arquitetônicos para os povos e nações está justamente nas referências culturais ali imbricadas e imortalizadas pela preservação e difusão memorial desses exemplares, as quais vêm acompanhando sucessivas e coexistentes gerações humanas. Normalmente é por meio da identidade constituída pelos artefatos arquitetônicos que “a existência humana adquire segurança e significado e vê-se referenciada pelos sistemas ideológicos e hierárquicos que deles emanam” (BRANDÃO, 1991).

Castro (2007) nos leva a refletir acerca dos registros históricos concretizados na paisagem arquitetônica, registros urbanísticos, econômicos, políticos, tecnológicos, culturais e ideológicos pertencentes a uma época distante e singular, expressando pioneirismo e originalidade em seus aspectos mais peculiares, possibilitando uma leitura imagética, a espontânea assimilação de nossas raízes e a descoberta de um mundo do qual jamais participamos de fato, porém de cujo legado somos herdeiros. Pontua que:

É especialmente através das configurações destes espaços, ou seja, das maneiras como as obras arquitetônicas e urbanísticas foram edificadas, das técnicas construtivas utilizadas nas diversas épocas, e também, pelo modo como foram se integrando ao conjunto que é a cidade, que os períodos que marcaram sua existência, conferindo-lhe identidade, podem ser reconhecidos (CASTRO, 2007, p. 17).

Códigos como o sistema jurídico, político, educacional e econômico, símbolos como um cruzeiro de frente ao templo religioso, ou um templo religioso que não cultua símbolos como cruz ou esculturas e que, no entanto, criam outras simbologias e rituais sagrados, porém com o único objetivo em comum, se reconhecerem e serem reconhecidos como membros de um grupo cultural bem definido, estruturado e consolidado, para resistir ao tempo e as intempéries da paisagem cultural conseguindo assim contar a sua história às sucessivas gerações. Desse modo “[...] os códigos simbólicos tornam reais as possibilidades dos indivíduos se reconhecerem como componentes de um grupo, portadores dos mesmos símbolos que remetem a gostos, orientações, valores, hábitos de consumo e modos de vida semelhantes” (MAGNANI, 1992, p. 195).

O homem dá significados a todos os elementos materiais e imateriais de acordo com a sua realidade cotidiana, mas também e principalmente de acordo com a origem simbólica atribuída pelos seus ancestrais, é justamente nesse processo que

se percebe a relevância da preservação dos elementos que compõem a paisagem para que as novas gerações não precisem começar do “zero” suas experiências e descobertas, mas sim para que possam fundamentar-se e aperfeiçoar o legado herdado de maneira a adequar-se as novas necessidades do tempo histórico presente. “[...] rede de significados não é uma simples escolha arbitrária, ela organiza o valor social do bem patrimonial e depende, fundamentalmente, dos juízos de valor que a ele serão acoplados” (KERSTEN, 2000). Pois os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos). [...] eles serão salvaguardados se constituírem a expressão de uma cultura anterior e se corresponderem a um interesse geral” (LE CORBUSIER, 1993, p. 65-66).

Park vem despertar-nos para o significado do meio urbano como um todo, ou seja, para esse cenário onde estão fixados os exemplares arquitetônicos, são as ruas e os bairros da cidade, essas ruelas com seus becos, praças e ladeiras, todos os detalhes com suas peculiaridades e sua razão de serem ali posicionadas, cada uma com sua Toponímia e com a Topofilia de seus fundadores e moradores, mostrando que a paisagem arquitetônica preenche apenas uma importante lacuna das muitas encontradas nesse “vazio cultural” da “urbanização econômica” dos dois últimos séculos. “[...] todo setor e quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes. Cada parte da cidade tomada em separado inevitavelmente se cobre com os sentimentos peculiares à sua população” (PARK, 1987, P. 30).

Graham (2000) sugere relacionarmos patrimônio e Geografia por entender que a ideia que se tem hoje de “patrimônio” está intimamente ligada à ciência geográfica no que se refere principalmente aos seus interesses em comum, os conceitos de espaço e lugar.

Patrimônio e Geografia - O primeiro é uma idéia que está sendo cada vez mais carregado com tantas conotações diferentes por estar em perigo de perder todo o significado; o segundo é uma disciplina que, embora conhecida pela sua ampla e gama de interesses e ausência de conteúdo acordado, mantém um foco em comum em torno de seu interesse no espaço e lugar (GRAHAM et al, 2000, p.1), (Tradução nossa)⁶.

⁶ *Heritage and Geography - The first is an idea that is being increasingly loaded with so many different connotations as to be in danger of losing all meaning; the second is a discipline, which, while noted for its wide-ranging and eclectic interests and absence of agreed content, maintains some form of common focus around its interest in space and place (GRAHAM et al, 2000, p.1).*

Parafraseando Hall (1997) Graham explica ainda que a relação da Geografia com o patrimônio está na possibilidade que o homem possui de atribuir significados criando assim os patrimônios culturais, não apenas do passado para o presente e futuro, mas a qualquer tempo como na atualidade para fins contemporâneos quando cujas funções e estruturas podem beneficiar ou comprometer a sociedade.

Se as pessoas no presente são os criadores do patrimônio, e não meramente passivos receptores ou transmissores desse, logo, o presente cria o patrimônio o qual exige gerenciá-lo para uma série de fins contemporâneos. Como muitos outros aspectos da sociedade moderna, isso pode ser feito para o bem ou para o mal, para o benefício, ou para o prejuízo, de poucos ou de muitos. É esse o foco, é a chave das questões abordadas aqui. A este respeito, talvez a maneira mais fácil de conceituar patrimônio é através da idéia de representação. Hall (1997) argumenta que a cultura está essencialmente preocupada com a produção e troca de sentido e o seu real efeito prático. "É pela utilização das coisas, o que dizemos, pensamos e sentimos sobre elas - como nós as representamos - que nós damos-lhes um significado" (GRAHAM et al, 2000, p. 2), (Tradução nossa)⁷.

Percebe-se então que, sendo a paisagem cultural uma característica essencial da paisagem geográfica, visto que a Geografia trata-se de uma ciência humana e, portanto, produtora de cultura, logo torna-se inviável analisar as idéias, ações, implicações e intervenções humanas sobre o espaço geográfico de maneira a tentar omitir, ignorar, camuflar ou até mesmo extrair os aspectos culturais os quais se manifestam a todo momento imprimindo símbolos permanentes ou não, nesse imenso conjunto de subespaços chamado de Lugares. Compreende-se:

O sentido, ou mais geralmente os sentidos do lugar são ao mesmo tempo uma entrada e uma saída do processo de criação de patrimônio. A Geografia se preocupa com a maneira com a qual o passado é lembrado e representado nos sentidos sociais e populares, e as implicações que estes têm para o presente e para as idéias e

⁷ *If people in the present are the creators of heritage, and not merely passive receivers or transmitters of it, then the present creates the heritage it requires and manages it for a range of contemporary purposes. Like many other aspects of modern society, this can be done well or badly, for the benefit, or at the cost, of few or many. It is the focus on present use that prompts the key questions addressed in this book. In this respect, perhaps the easiest way to conceptualize our interpretation of heritage is through the idea of representation. Hall (1997) argues that culture is essentially concerned with the production and exchange of meaning and their real, practical effects. 'It is by our use of things, and what we say, think and feel about them - how we represent them - that we give them a meaning'. (GRAHAM et al, 2000, p.2).*

construções de pertença (GRAHAM et al, 2000, p. 4), (Tradução nossa)⁸.

Para Heffernan (1997) e Graham (2000) a melhor forma de articular acerca no patrimônio histórico na Geografia, ou seja, trazer a História para o debate geográfico sem necessariamente ficar aprisionado no antigo, pois o interesse da Geografia é saber, como tais aspectos do passado permanecem interferindo no presente. Segundo Heffernan existe urgência em criar uma maior integração entre as ciências reformulando conceitos, reconfigurando objetivos e objetos de estudo e destruindo barreiras entre linhas de pensamento, de modo que estejam mais relacionadas com a atualidade cujo passado histórico sirva de suporte e experiência para a demanda social de hoje. Argumenta Heffernan (1997, p. 2):

[...] Heffernan (1997, p. 2) em sua justificativa que a atual importância da geografia histórica, dão-se pelas: Tradicionais alianças disciplinares, como tradicionais ideologias políticas e estruturas econômicas, estão em colapso devido uma grande fluidez de reformulações, de reconfigurações e de desconstruções. Nestas circunstâncias, há uma necessidade intelectual de uma área disciplinar híbrida, em que os espaços, lugares, ambientes e paisagens sejam considerados e analisados historicamente, e não como um exercício da antiguidade, mas como um estudo diretamente relacionado com a atualidade, esse debate se torna ainda mais urgente (GRAHAM et al, 2000, p. 7), (Tradução nossa)⁹.

Essa idéia de abrir um “leque” de possibilidades entre visões teóricas e de relacionar os conceitos científicos entre si, como se tenta fazer, em pauta, com patrimônio e lugar mostra o quão interligados estão o material e o imaterial, presentes nas ideias e ações humanas e que para compreendê-las é preciso enveredar-se sobre o espaço geográfico e aguçar a capacidade perceptiva dos agentes produtores de cultura.

⁸ *The sense, or more usually senses, of place is both an input and an output of the process of heritage creation. Geography is concerned with the ways in which the past is remembered and represented in both formal or official senses and within popular forms, and the implications which these have for the present and for ideas and constructs of belonging (GRAHAM et al, 2000, p. 4).*

⁹ *[...] Heffernan (1997, p. 2) argues in his justification for the present importance of historical geography: Traditional disciplinary allegiances, like traditional political ideologies and economic structures, are collapsing into a more fluid and potentially liberating) kaleidoscope of reformulations, reconfigurations and deconstructions. In these circumstances, the intellectual necessity of a hybrid disciplinary arena in which spaces, places, environments and landscapes are considered and analyzed historically, not as an exercise in antiquarianism, but as a commentary with direct bearing on the contemporary scene, becomes all the more urgent (GRAHAM et al, 2000, p. 7).*

A Geografia deve olhar para o patrimônio, sobretudo como um instrumento de poder das nações para que possa compreender os conflitos sócio-espaciais locais e globais como, por exemplo, disputas, invasões e conquistas territoriais, espacialidade multicultural, explorações socioeconômicas, acarretados pela hegemonia cultural, imposições ideológicas, preconceitos raciais, intolerâncias religiosas, e mais uma infinidade de fatores que interferem diretamente sobre a ordem social, pois o patrimônio histórico edificado representa a materialização da luta do homem, é a configuração de suas idéias sobre o espaço geográfico.

Segundo Graham (2000), ao mesmo tempo em que o patrimônio serve ao estado, o estado tenta preservá-lo, essa relação Patrimônio/Estado-nação pode proporcionar a invulnerabilidade dos interesses nacionais cujas normas que regem cada nação, certamente estarão sempre submetidas ou pelo menos direcionadas para uma difusão e consolidação da identidade nacional.

O patrimônio nacional é necessário ao Estado-nação por uma variedade de razões. Ele apóia a consolidação de uma identidade nacional absorvendo ou neutralizando potencialmente heranças sócio-culturais de grupos ou regiões concorrentes. Mais uma vez, o patrimônio nacional ajudou a combater as reivindicações dos povos de outras nações em território nacional, sem deixar de promover reivindicações sobre territórios nacionais em outros lugares (GRAHAM et al, 2000, p. 12), (Tradução nossa)¹⁰.

Na Geografia, a análise do patrimônio, seja ele material ou imaterial, quando está fincado no conceito de paisagem, outros valores e significados acabam por serem ressaltados de forma espontânea na investigação, por exemplo, os valores socioculturais se sobressaem aos valores econômicos, mas sem ocultá-lo e sim destacando as relações e interdependência entre todos esses aspectos dinamizadores do espaço geográfico. Portanto a dicotomia da paisagem (física ou simbólica) surge não somente como uma divisão, fragmentação, diferença, separação, mas, sobretudo com a rica possibilidade de interação e diálogo entre ambas as partes. Assim como sugere Graham:

¹⁰ *The nation-state required national heritage for a variety of reasons. It supported the consolidation of this national identification, while absorbing or neutralizing potentially competing heritages of social-cultural groups or regions. Again, a national heritage helped combat the claims of other nations upon the nation's territory or people, while furthering claims upon nationals in territories elsewhere (GRAHAM et al, 2000, p. 12).*

Novamente os geógrafos tornaram a exercitar a análise do espaço utilizando o conceito de paisagem e a dicotomia entre a sua interpretação como uma entidade física ou como uma representação simbólica, socialmente construído derivado da interpretação de palavras e imagens [...] fundamentais para construções de identidade. [...] enquanto temos argumentado que o significado é mais fundamental do que artefato na definição do conteúdo da herança. Portanto, deve ser enfatizado que estamos preocupados com a interação entre os saberes do patrimônio no contexto da política e poder, mas também com a sua manifestação física em ambientes construídos (GRAHAM et al, 2000, p. 29), (Tradução nossa)¹¹.

Ante o exposto, percebe-se que as características geográficas do patrimônio são essenciais para compreensão da complexidade da paisagem arquitetônica. E a geografia cultural desempenha um papel relevante para a apreensão dos elementos concretos e abstratos, os quais se complementam compondo a espacialidade existencial do sujeito/objeto. Parafraçando Guimarães (2010) “Busquemos tratar a espacialidade como a particularidade e a existencialidade como processo, no sentido de que jamais o ente humano deixou de fazer parte do espaço totalidade”.

¹¹ *Again geographers are much exercised with landscape and the dichotomy between its interpretation as a physical entity or, alternatively, as a symbolic, socially constructed representation derived from interpretations of words and images [...] fundamental to constructs of identity. [...] while we have argued that meaning is more fundamental than artefact in defining the content of heritage. Hence it must be emphasized that we are concerned with the interplay between knowledges of heritage in the context of politics and power, but also with their physical manifestation in built environments (GRAHAM ET al, 2000, p. 29).*

4 TOPOFILIA & TURISMO CULTURAL

4 TOPOFILIA & TURISMO CULTURAL

A Topofilia refere-se aos sentimentos de apego das pessoas ao ambiente natural ou construído, pois “*topus*” é uma palavra grega que significa “lugar”, enquanto “filo” significa amor, amizade, afinidade.

Tuan propôs a encontrar os elementos universais das percepções e valores sobre o ambiente por vários caminhos, como identificar as respostas psicológicas comuns a todas as pessoas e depois mostrar que os mesmos tipos de respostas se manifestam na cultura dos povos, ou seja, topofilia é a maneira como as pessoas percebem e avaliam um mesmo espaço, pois duas pessoas não vêem a mesma realidade. O homem é especialmente dependente da visão como órgão dos sentidos e também da sua visão cultural acerca do mundo, um mundo denso e complexo onde ver e perceber é muito importante.

Entender como o sujeito percebe o objeto é a priori um exercício de vivência do investigador para que depois seja possível captar por meio das narrativas dos investigados os variados símbolos presente na linguagem, a representação daquela paisagem em sua vida, construída gradativamente em seu cotidiano, para que dessa maneira seja possível distinguir também a percepção daqueles que não vivenciam tal lugar e sim o apreciam de forma passageira com interesses superficiais, pois segundo Pocock (1981) as variadas percepções “[...] são complexas e mudam segundo os que percebem. Existe um evidente contraste entre aquele que percebe como visitante, que observa - que vê a cena superficialmente (sight-seeing) - e aquele que está 'em casa' e que experimenta o lugar” (POCOCK, 1981, p. 342).

Neste capítulo, usam-se as categorias topofilia e turismo cultural, considerando as narrativas dos pessoenses nativos portadores do que podemos chamar de Topofilia, os quais demonstram em seus depoimentos uma percepção derivada da sua imersão na totalidade do seu meio onde o conceito de paisagem histórica se confunde com suas experiências, com as pessoas e lugares que conheceu, com o que aprendeu e viveu naquele lugar. Seu ponto de vista só pode ser expresso indiretamente, e com dificuldade, através do seu comportamento, da tradição local e do mito. Considerando também as narrativas dos visitantes praticantes do turismo histórico cultural, somente ele, em geral, possui um ponto de vista. Sua percepção

geralmente se reduz a usar seus olhos para criar e “pintar quadros mentais” , fotografar paisagens visualmente percebidas, admiradas ou criticadas por muitas vezes fáceis de serem descritas, uma espécie de avaliação estética do meio. Em geral, julga a paisagem por algum critério de beleza, por exemplo, as paisagens verdes e “naturais” são consideradas exemplos de beleza paradisíaca, já as paisagens arquitetônicas são consideradas exemplos de beleza relicária com requintes culturais e históricos.

4.1 Depoimentos de moradores da cidade de João Pessoa – Fragmentos de Topofilia

Através das narrativas de pessoenses, acerca da representatividade cultural e histórica dos seis exemplares arquitetônicos enfocados pela presente pesquisa, é possível constatar uma relação topofílica bem consolidada e portanto funcional frente á construção de uma consciência preservacionista necessária à toda paisagem arquitetônica de qualquer centro histórico.

A pessoense ao falar de sua ligação com o Hotel Globo faz questão de enfatizar a proximidade com a natureza e com o grupo de amigos que o mesmo lhe proporcionou durante a sua adolescência e que lhe emociona até os dias de hoje, comprovando o apego intimo e afetivo com o lugar, o que caracteriza-se neste trabalho como sendo uma relação topofílica.

“O Hotel Globo é não só um lugar de importância histórica na cidade. É um lugar importante na minha história pessoal e na de muita gente. Sentar no terraço e ver o pôr-do-sol é uma das coisas que eu mais gosto de fazer. Naquele silêncio secular que a vista do rio Sanhuaá tem, o tempo parece passar mais bonito. Também gosto de ir com amigos pra conversar, ficar de papo pro ar e imaginar o glamour dos outros tempos na cidade”. (L. 25 anos).

Os dois filhos da cidade de João Pessoa/PB, porém não mais moradores da Capital relembram, um, a paz interior que sentia ao contemplar a beleza do Mosteiro de São Francisco e a outra, os momentos de infância em seu belo jardim.

“O Mosteiro de São Francisco é um dos lugares mais místicos que já conheci... Desnecessário falar que o local nos proporciona uma paz e um encontro com nós mesmos... Saudades!”. (J. P. 33 anos)

“Eita que é bom demais ver um pedaço da terrinha! Saudade de andar por ai... atrás da Igreja de São Francisco, tem um jardim maravilhoso e cheio de pés de acerolas!” (F. V. 21 anos)

Um simples detalhe na fachada de um prédio antigo demonstra sua imponência simbólica diante dos outros exemplares arquitetônicos que formam o Centro Histórico de João Pessoa, significando para a população um avanço na construção civil daquele contexto histórico quando foi edificado.

“Como próprio nome diz o Casarão dos Azulejos chama a atenção pelo detalhe diferenciado que é revestimento de toda sua fachada em azulejo detalhe que não se encontra em outros exemplares arquitetônicos do Centro Histórico de João Pessoa” (C.B. 38 anos). “Se não me engano essa foi a primeira casa construída de alvenaria no Brasil colonial. Essa obra tem uma importância sem igual para a história da arquitetura nacional” (O.L. 24 anos).

Uma obra arquitetônica que atravessa gerações, alicerça sonhos, constrói vínculos, edifica memórias e concretiza fatos, como lembra com muita satisfação e religiosidade a jovem senhora de meia idade, filha, noiva, mãe e cidadã de João Pessoa.

“Fui batizada, me casei na Igreja do Carmo e tenho imensa devoção a Nossa Senhora e Francisco de Assis. Pois foram momentos que jamais esquecerei, abençoado por Nossa Senhora do Carmo foi meu casamento. E meus filhos batizados naquela igreja são abençoados pela sua graça divina.” (E. M. 37 anos)

O Patrimônio material produzido pela cultura através da técnica arquitetônica já é suficientemente digno de admiração e permanência no tempo, mas quando esses atributos somam-se a um leque de simbologias artísticas capazes de aguçar o imaginário popular por meio de peças teatrais, óperas e espetáculos musicais, temos então um monumento a serviço da construção do conhecimento, por tanto uma relíquia cultural da imaterialidade esculpida pelo homem.

“O Theatro Santa Roza é muito significativo para mim, porque foi lá que eu assisti a minha primeira peça de teatro profissional, não me lembro o nome da peça porque eu tinha apenas 10 anos de idade, mas foi inesquecível esse primeiro contato com a sétima arte, eu fui

com minha sala de aula e ficamos todos muito emocionados, me lembro que a professora nem teve trabalho conosco por mau comportamento, pois nós ficamos concentrados naquele espetáculo. Foi maravilhoso!” (S. B. 30 anos)

O patrimônio histórico não se faz apenas de arquitetura, pois mesmo se tratando de uma obra com extrema relevância artística e design de ponta como é o caso da Estação Ciência, outros aspectos da paisagem precisam ser considerados essenciais para o cenário urbano, ou seja, na fala do pessoense fica claro a preocupação com o meio ambiente que por muitas vezes foi ignorado pela tecnologia e pelos interesses do sistema econômico.

“O nosso Oscar Niemeyer resolveu colocar uma obra sua aqui em João Pessoa. E isso atraiu muitos turistas. Porém fico triste pela construção num lugar de mata atlântica, o que impulsionou ainda mais o desmatamento na região. Lá de cima da Estação Ciência, oferece uma boa vista da cidade. O pôr-do-sol lá é lindo! O projeto teve sim algumas deficiências, mas superados perto a genialidade do mestre.” (C.estudante, idade 20 anos)

O professor dá uma emocionante demonstração de apego ao seu lugar, é como se cada recanto da cidade contasse um pedaço de sua história de vida, diz que conhece cada um dos prédios que formam o centro histórico e entende que isso é essencial para compreensão e atribuição de novos significados às situações do tempo presente. Destaca que o maior prejuízo com a demolição de um exemplar arquitetônico antigo é a perda de contato direto com um tempo em que não vivenciamos, mas que está ali para transmitir ensinamentos através dos artefatos e demais símbolos da paisagem arquitetônica. Fala sobre a relação topofílica que tem com alguns lugares como o Theatro Santa Roza onde fez curso, como o bairro do Roger, a UFPB entre outros. Menciona a Estação Ciência e o quanto sua arquitetura de ponta evidenciou a bela vista das praias contempladas a partir do seu terraço ao ar livre na cobertura do prédio.

Moro em João Pessoa desde que nasci há 29 anos, conheço todos os prédios históricos da cidade, isto é, todos os que estão abertos para visitação e acho que cada um deles tem sua importância para a construção da história da cidade. Porém o Theatro Santa Roza tem um significado maior para minha vida, pois fiz curso de teatro lá e vivenciei aquele espaço por um ano com muita frequência. Acho importante conhecer o patrimônio histórico para que assim possamos compreender o presente a fim de criar significado para o mesmo. A demolição de um prédio histórico representa a perda do visível, mas,

sobretudo significa a perda irreversível da oportunidade de que outras gerações possam conhecê-lo e conseqüentemente herdar todo o seu legado, alguns outros lugares em Jampa marcaram minha história, como o Bairro do Roger, a Lagoa, a praia de Tambaú, a UFPB e o pôr do sol visto do Hotel Globo. Morar em João Pessoa para mim é um grande presente, é uma cidade calma se comparando aos grandes centros urbanos, possuidora de belezas naturais encantadoras e ainda felizmente preservadas, bem como uma cidade com sua história perceptível em seus prédios que começam a mostrar a chegada da modernidade, como essa obra arquitetônica em que estamos, digo a Estação Ciências onde podemos nos calar diante da visão que temos das praias de Cabo Branco e Tambaú ante tanta beleza. Amo esta cidade e foi aqui que construí minha identidade, aqui é que meus pés estão fincados (**V. C.** professor, 29 anos).

A administradora, desde a infância teve curiosidade sobre o Hotel Globo porque seu pai contava muitas histórias sobre o mesmo, hoje ao trabalhar lá em contato com em média 500 visitantes por semana, pode comprovar o quanto é importante zelar do patrimônio histórico visando resguardar a memória das idéias pioneiras e das referências socioculturais de tempos passados.

Cresci ouvindo o meu pai contar histórias sobre o Hotel Globo, pois ele trabalhou bem próximo do prédio por muitos anos, portanto em minha concepção, é o exemplar arquitetônico mais importante para a cidade de João Pessoa, hoje tenho muito orgulho em trabalhar aqui. Faço questão de trazer um parente de fora para conhecer o Antigo Hotel, mas dependendo da pessoa, caso seja alguém mais interessado em arquitetura moderna também terei o prazer de levá-lo a Estação Ciência. O patrimônio arquitetônico conta muito sobre o cidadão e sobre a cidade então é muito importante conhecê-los. Não se pode deixar que essa memória se apague com a demolição ou a degradação da arquitetura antiga e de toda referência presente em suas características originais (**A. M.** administradora).

O auxiliar de serviços da PBTUR diz que teve a honra de trabalhar durante o (convênio Brasil/Espanha 1987-2002) processo de restauração do centro histórico de João Pessoa/PB e sua participação se deu no Hotel Globo, mesmo acreditando que o antigo hotel seja o prédio histórico mais importante para a história da cidade e o mais marcante para a sua história de vida, o auxiliar tem uma grande admiração pelo Mosteiro de São Francisco e faz questão de levar seus parentes que visitam João Pessoa/PB para conhecer a imensa igreja de arquitetura realmente surpreendente e com muitos anos de história para contar. Em sua concepção, não há como entender e

nem valorizar a origem e nem a riqueza cultural de um povo sem entrar em contato com o patrimônio histórico.

Há 38 anos vivo em João Pessoa/PB e há 9 anos estou há disposição da PBTUR, o prédio histórico mais marcante em minha vida é o Hotel Globo pelo fato de que eu estive presente como auxiliar de serviços gerais em todo processo de restauração, revitalização e reativação deste, o qual também considero o patrimônio arquitetônico mais importante para a história da cidade, mas o exemplar que eu faria questão de levar um amigo para conhecer é sem dúvida o Mosteiro de São Francisco por ser muito mais antigo e pela imponência de sua arquitetura, sem conhecer o patrimônio histórico não tem como entender a origem da cidade e nem dar valor a riqueza cultural do povo, o bairro de Mangabeira também significa muito para mim, pois foi lá que sempre morei e da mesma forma o Colégio José Lins do Rêgo no bairro do Cristo redentor onde estudei, na minha opinião deveria haver muito mais atenção a questão cultural dos exemplares mais antigos (**H.S.** prestador de serviços).

A estagiária e acadêmica de turismo diz que o patrimônio arquitetônico antigo é um dos principais fatores que mantém um vínculo entre os grupos culturais e suas origens, e também reforça o conceito de patrimônio que como se sabe é algo que vem sendo construído, acumulado e repassado de geração para geração, logo deve ser preservado.

Tenho 24 anos e sempre morei em Jampa e só não conheço a parte interna do Casarão dos Azulejos, creio que o Mosteiro de São Francisco seja o exemplar arquitetônico de maior importância para a cidade de João Pessoa, mas para mim o Teatro Santa Roza tem grande valor emocional, pois tive a oportunidade de fazer aulas de dança lá, o que significou muito para minha realização pessoal, os bairros do Geisel e bancários, como também o Esporte Clube Cabo Branco fazem parte da minha história. Faço questão de levar meus amigos de outros estados para conhecer o Hotel Globo. O patrimônio arquitetônico antigo nos proporciona um maior conhecimento de nossa cultura, o nome "patrimônio" já diz por si só que é algo que deve ser preservado (**A. W.** estagiária).

O gari de 62 anos expressa o valor que dá a história de seu lugar, cujo bairro por sinal é o mais antigo da cidade como também o mais expressivo em manifestações culturais, eu diria que as manifestações do imaginário popular tanto do Alto quanto do Baixo Roger poderiam se tornar patrimônios imateriais do estado; ao ser indagado sobre o patrimônio arquitetônico antigo de João Pessoa/PB o senhor

demonstra orgulho em ser pessoense e ter criado seus filhos numa cidade tão rica nos aspectos histórico-cultural.

Tenho 62 anos de idade, nasci e me criei, também criei meus filhos e netos tudo isso no bairro do Baixo Roger, lá é nosso lugar, admiro muito o Mosteiro de São Francisco, mas tenho boas recordações de momentos vividos na Catedral de Nossa Senhora das Neves onde casei meus filhos. Esses prédios históricos são uma fonte de lembranças dos tempos antigos e jamais deve desaparecer, devemos zelar muito mais deles. Ainda não conheço a Estação Ciência, quero levar minha família para conhecer (I. C. Gari).

Segundo o estudante, visitar o Mosteiro de São Francisco em João Pessoa/PB significa adentrar aos tempos passados através de uma aula prática de história.

O centro histórico de Jampa é uma aula de história pra ninguém botar defeito, um dos ícones do barroco no Brasil, o conjunto de São Francisco apresenta toda uma entalhadura medieval, do altar ao púlpito, policromia de ouro e a incrível pintura no teto da capela principal. Além de todas as outras dependências de um típico mosteiro franciscano (Y, estudante, 18 anos).

Os depoimentos acima nos levam a entender que a percepção do nativo apesar de expressar uma consciência de preservação do patrimônio arquitetônico e o reconhecimento da importância deste para a história da cidade, a sua relação com seu lugar está predominantemente relacionada à afetividade, a vivência diária, como por exemplo, sua rua, a praça do seu bairro, a escola onde estudou ou o prédio onde trabalha ou trabalhou, do que com a representatividade dos prédios históricos em si, ou seja, para o morador ou nativo pessoense o patrimônio histórico que tem maior importância, é, em primeiro lugar aquele que conta a sua história e de sua família, em segundo lugar aquele que conta a história de sua cidade, estado e país, de modo que se caracteriza uma relação topofílica.

4.2 Depoimentos dos visitantes/turistas e sua viagem pelo tempo histórico na cidade de João Pessoa/PB

Turismo Histórico e Cultural é o turismo que planeja roteiros com alguma importância histórica, geralmente, seguindo uma linha cronológica. Em geral os grandes roteiros históricos têm um ou mais pontos que são Patrimônios Históricos da Humanidade. Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à

vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.

João Pessoa/PB sempre fez parte do roteiro de viagem dessa senhora aposentada de 76 anos de idade, encantada com a beleza e a história do Mosteiro de São Francisco, ela faz questão de compartilhar esse encantamento com os amigos e parentes que vêm pela primeira vez a capital. Para ela, conhecer o patrimônio histórico é descobrir os ensinamentos dos nossos ancestrais.

Eu sou de Brasília/DF e já visitei João Pessoa/PB várias vezes, mas antes de vir para cá a primeira vez, eu já tinha curiosidade de conhecer o Mosteiro de São Francisco e realmente foi o patrimônio arquitetônico que mais me chamou atenção, então todas as vezes que venho trago alguém comigo para conhecê-lo. É importante conhecer a história dos prédios antigos para descobrir o ensinamento deixado de uma geração para outra (**M. R. S.** aposentada, 76 anos).

O funcionário público de São Luis do Maranhão nos chama a atenção para a necessidade de conhecermos antes de tudo o patrimônio do nosso lugar, para que possamos nos reconhecer como integrante daquela produção cultural e depois então conhecer o patrimônio de outros estados e países para que nossa identidade cultural possa fazer sentido. Disse que acabou de chegar á cidade e o primeiro monumento que conheceu foi a Estação Ciência, a qual lhe chamou bastante atenção, mas o seu principal interesse é o centro histórico.

Sou maranhense e já tinha curiosidade de conhecer o Centro Histórico de João Pessoa/PB, mas acabei de chegar e até o momento conheci apenas a Estação Ciência a qual me chamou muita atenção. Também visito o patrimônio histórico da minha cidade como, por exemplo, a Catedral da Sé que é um patrimônio antigo e tem também a Praça Maria Aragão em São Luis que é um patrimônio moderno, pois é importante conhecer todas as culturas e principalmente a do meu lugar (**R.** funcionário público, 41 anos).

Esse pernambucano é da cidade de Bezerros/PE, a qual é internacionalmente famosa pelas diversas manifestações culturais, produções artesanais e carnavalescas como, por exemplo, as máscaras e fantasias do Papangu (personagem regional que come angu e sai mascarado e fantasiado na folia do carnaval) o qual já foi enredo da

escola de samba Império da Tijuca 2011. O professor de matemática diz que manter um centro histórico bem preservado significa facilitar, possibilitar, promover e proporcionar ao morador e ao visitante maior conhecimento sobre o referido lugar.

Eu sou Bezerros/PE, já tinha ouvido falar muito na Estação Ciência, mas sempre tive curiosidade de conhecer o Casarão dos Azulejos o qual não conheci o seu interior, pois não está mais aberto para visitação mesmo assim me chamou bastante atenção, achei o centro histórico de João Pessoa bastante preservado e isso é importante para que conheçamos a historicidade do lugar (**J.** professor de matemática, 22 anos).

A engenheira faz questão de frisar um fator que tem contribuído cada vez mais para despertar o interesse pelos patrimônios históricos em geral e para com a arquitetura principalmente:   o caso de alguns exemplares serem bastante divulgados e tornarem-se atrativos turísticos famosos.

Sou de São Paulo/SP e sempre tive bastante interesse em patrimônios históricos, porque além de contarem a história do povo e da cidade, a arquitetura antiga também desperta interesse por alguns exemplarem serem famosos, assim como o Mosteiro de São Francisco aqui em João Pessoa (**M.** engenheira química, 21 anos).

Fica claro na fala de **E.G.O.**, que enquanto o interesse do nativo está diretamente ligado ao seu apego com o lugar de vivencia como, a rua, o bairro, e até alguns exemplares arquitetônicos onde estudou, trabalhou ou morou, o interesse do turista está muito mais ligado a est tica do "cartão postal" como também com a qualidade do serviç os oferecidos pela atividade turística.

Sou de São Luis/MA, um dos pontos que mais me chamou a atenção foi a beleza da lagoa do Parque Solon de Lucena no centro da cidade de João Pessoa/PB. Sua beleza   de saltar os olhos e poderia ser melhor aproveitada como um belo e forte ponto turístico (**E.G.O.**).

A turista baiana enfatiza o poder e os efeitos da consolidação do patrimônio histórico-cultural sobre o espaç o geográfico, estimulando a reflexão acerca das ações humanas através do tempo, a dinâmica e os conflitos sociais, a configuração do lugar e as impressões na paisagem arquitetônica antiga e moderna.

Nasci e moro em Salvador/BA, todo patrimônio histórico representa a riqueza cultural de um povo, na minha cidade, por exemplo, o Pelourinho representa a raça, a voz ativa da negritude e toda sua evolução histórica, e aqui em João Pessoa estive da Estação Ciência, pois é sempre interessante conhecer mais uma referência da obra de Oscar Niemeyer (**C. A.** administradora, 42 anos).

O universitário chama atenção para a imponência da paisagem arquitetônica perante a percepção dos nativos e visitantes. Isso nos desperta para a intencionalidade dos símbolos impressos na paisagem geográfica, intencionalidades que interferem, transformam, atraem, repelem, impõem, aprisionam, libertam, criam vínculos e emocionam.

Estou morando em Fortaleza/CE, mas morava aqui em João Pessoa/PB. Dizem que exposição a beleza acostuma. Enganados estão. Passei quatro anos estudando no Colégio ao lado do Complexo Franciscano e, ainda hoje, este lugar me comove e impressiona. A arquitetura, o tamanho, o cruzeiro, as imagens, as peças em ouro. Tudo é muito bonito. Não perde em nada para as belezas de Olinda/PE (**R.** universitário, 27 anos).

A fotógrafa expressa claramente os típicos interesses do visitante praticante do Turismo Cultural, a preocupação com a receptividade, com a qualidade dos serviços oferecidos naquela modalidade turística, o encanto pela estética dos monumentos e das artes em geral. Tais características distinguem muito bem o que podemos chamar de “consumo da paisagem” daquilo que se denomina “relação topofílica”.

Sou do Rio de Janeiro/RJ, a visita ao Mosteiro de São Francisco foi fantástica! O guia era muito culto, tanto quanto à história quanto as artes em geral. Consegui prender a atenção de adultos de diversas áreas de atuação e de crianças também. A arquitetura do local é lindíssima, bem conservada dentro do possível (**M.** fotógrafa, 50 anos).

O que se pode notar também na fala do estudante de Niterói/Rj:

Moro em Niterói/RJ. Uma coisa que me chamou bastante atenção foi a quantidade e a qualidade dos prédios históricos (gostei da GRANDE maioria deles). O legal nisso tudo é que eles são de várias épocas diferentes, e bem conservados. João Pessoa é uma cidade bem interessante para se visitar, pois tem bastante história (**N.** estudante, 20 anos).

A aplicação de questionários aos nativos e visitantes, como um dos recursos metodológico desta investigação, ao mesmo tempo em que possibilita responder a questão central (Quais significados, o morador e o turista dão ao patrimônio

arquitetônico de João Pessoa/PB?) também nos permite compreender e constatar os fenômenos de Topofilia e Turismo Cultural.

O Ministério do Turismo é bastante claro na definição de Patrimônio Histórico e Cultural e é nesta perspectiva que são planejadas as modalidades turísticas no país, porém os debates sobre esta temática se encontram num contexto de articulações contínuas em consonância com a sociedade acadêmica e juntamente com outras áreas das ciências humanas:

Consideram-se patrimônio histórico e cultural os bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades. São bens culturais de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passíveis de se tornarem atrações turísticas: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas, museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais, manifestações como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e celebrações. Os eventos culturais englobam as manifestações temporárias, enquadradas ou não na definição de patrimônio, incluindo-se nessa categoria os eventos gastronômicos, religiosos, musicais, de dança, de teatro, de cinema, exposições de arte, de artesanato e outros. Além disso, outros recortes como turismo cívico, religioso, místico/esotérico e étnico também são considerados segmentos específicos do Turismo Cultural, o que gera amplas oportunidades para desenvolver roteiros adaptados a diversos gostos e necessidades, tanto do turista nacional quanto do estrangeiro (Marcos Conceituais – MTur).

Apesar de o Turismo Histórico ser uma modalidade de caráter expansivo, muito pouco ainda se planeja e se investe nessa atividade principalmente na região Nordeste do Brasil onde a modalidade mais difundida é o Turismo de Sol e Mar.

O estudo da história e da cultura como atrativo turístico se mostra como uma problemática a ser discutida. Talvez por não se considerar o quanto é fundamental o estudo da história e da cultura dentro da atividade. Muitas vezes descartamos o seu potencial em virtude de não compreendermos a sua real função. Para o turismo, a interpretação da História e da cultura é algo que deveria se tornar quase que obrigatório, visto que o Turismo em “cidades históricas” tem se mostrado um grande arrebanhador de visitantes (MOTA, 2007).

O fato de algumas das cidades mais antigas do país se encontrarem localizadas no Nordeste favorece o desenvolvimento da modalidade de turismo histórico, entretanto deve-se mencionar que essa atividade não está resumida a paisagem arquitetônica, mas a paisagem cultural como um todo, englobando seus

elementos materiais e imateriais, os quais são capazes de reproduzir em detalhes um tempo nunca vivenciado pela sociedade atual.

Esses locais estão entre as áreas que mais apresentam crescimento no ramo do Turismo nos últimos anos e encontram-se entre as áreas que oferecem oportunidades dentro do Trade Turístico. Contudo, deve-se ter uma certeza, o produto do Turismo Histórico e Cultural não se dá apenas por meio das visitas aleatórias aos monumentos (Igrejas, Teatros, Museus, entre outros), mas sim, o principal produto parte de um completo conjunto que engloba o passado e presente vivido pelos moradores locais complementado pela sua cultura, que deve ser respeitada como tal e merece ser estudado nos mínimos critérios (MOTA, 2007).

Pode-se dizer então que nenhum roteiro turístico, seja qual for a modalidade da atividade, não será viável sem que seja considerado de forma relevante os moradores locais, pois além da estrutura e bom desempenho dos serviços oferecidos na cidade visitada irá depender desses moradores, é ainda e principalmente a cultura destes, ou seja o conjunto de significados atribuídos por estes à paisagem cultural visitada, e o legado de seus antepassados, os principais atrativos turísticos para tais visitantes.

5 INTERPRETAÇÃO GEOGRÁFICA DA PRESERVAÇÃO DO VELHO E DO NOVO

5 INTERPRETAÇÃO GEOGRÁFICA DA PRESERVAÇÃO DO VELHO E DO NOVO

5.1 Preservar, não apenas tomar

É muito importante considerar que a preservação tem maior abrangência que o tombamento, pois nem todo bem cultural chega a ser reconhecido oficialmente como patrimônio, portanto, nem todos alcançarão o tombamento, já no que diz respeito à preservação, esta sim pode garantir a permanência de qualquer bem cultural no tempo e no espaço, processo que vai depender apenas da ação social, assim como explica Pinheiro (2009):

A preservação é muito mais abrangente que o tombamento. A preservação diz respeito a um conjunto de medidas, desde intervenções físicas no bem cultural até políticas públicas. São iniciativas destinadas à preservação do patrimônio para as gerações futuras. O tombamento é uma dessas medidas. Geralmente, é o passo inicial no Brasil, porque não temos uma cultura preservacionista arraigada na sociedade. Somos muito carentes, com problemas básicos não resolvidos, como pobreza e falta de escolaridade, e isso limita a possibilidade de fruição do patrimônio. As pessoas nem param para pensar que existe um passado, com coisas esteticamente bonitas, que contam as nossas origens, a nossa história. A maioria está tão preocupada com o básico que nem tem olhos para o prazer. Não há como negar que existe uma hierarquia de necessidades. De outro lado, no mundo inteiro, todos os valores da nossa cultura atual são de descarte, de inventar novidades, buscar o novo pelo novo, até para movimentar a economia. Além disso, como fomos uma colônia, sempre imitamos um paradigma português e europeu. Estamos habituados a esperar modelos de outras sociedades (PINHEIRO, 2009, p.1).

Não basta apenas tomar um patrimônio, é necessário preservar a imaterialidade configurada em seu cotidiano e registrar por meio de documentações oficiais para que o direito à memória seja de fato assegurado, aplicado, exercido e inegável, ultrapassando o palpável do presente e alcançando gerações futuras impensáveis. Preservar é a palavra-chave quando se pensa em memória, e remete à idéia de proteção, cuidado, respeito. Preservar não é apenas guardar algo, mas também fazer levantamentos, cadastramentos, inventários, registros, etc. (MAIA, 2003, P. 39). O direito à memória é garantido quando a comunidade toma consciência do seu papel fundamental de guardião do próprio patrimônio, passando então a impedir a degradação e a destruição do meio ambiente, imóveis e objetos culturais (MAIA, 2003, p. 41).

No Brasil ainda estamos ensaiando na construção da consciência preservacionista por inúmeros motivos, a começar pelo contexto histórico recente da revolução industrial que impulsionou o desenvolvimento urbano no país deslocando pessoas para áreas sem a menor referência cultural já que deixavam para trás sua terra natal que se localizava na zona rural, fato que no exterior a identidade dos grupos com seu lugar já se encontrava consolidada e, portanto, exemplos de cidades como Lisboa em Portugal, Paris na França, Londres na Inglaterra e Roma na Itália figuram alguns exemplos de preservação material e imaterial dos espaços antigos e modernos se desenvolvendo em conjunto e apoiados pela sociedade civil, empresarial e política.

Certamente há cidades no exterior que preservam mais, em razão do contexto. Os nossos municípios sofreram um processo de crescimento rápido e súbito com a industrialização, a partir dos anos 1930. Instalou-se uma população urbana desenraizada do local. Em Paris e Roma, que preservam mais, as cidades cresceram ao longo de muitos séculos. Passaram por essa fase de explosão, mas quando já eram grandes e tinham uma população arraigada, muito identificada com os centros históricos. Tinham outra relação de pertencimento ao espaço (PINHEIRO, 2009, p.1).

Além das características arquitetônicas impressas na estética dos prédios, configurando a imagem deste, encontramos e desvendamos os significados atribuídos pelos diversos grupos sociais que fizeram parte de cada tempo histórico, logo preservar a imagem do patrimônio arquitetônico significa a plena consolidação dos aspectos imateriais, é dar o devido reconhecimento ao resultado das ideias expressas nas ações humanas, é provar que a materialidade da cultura constitui território cultural.

Manter e conservar um lugar e a sua imagem implica considerar as dimensões construtivas, decorativas e estéticas, mas também os significados, sentidos e valores simbólicos, sociais e culturais inerentes a tais dimensões (MENEZES; TAVARES, 2003, p. 1).

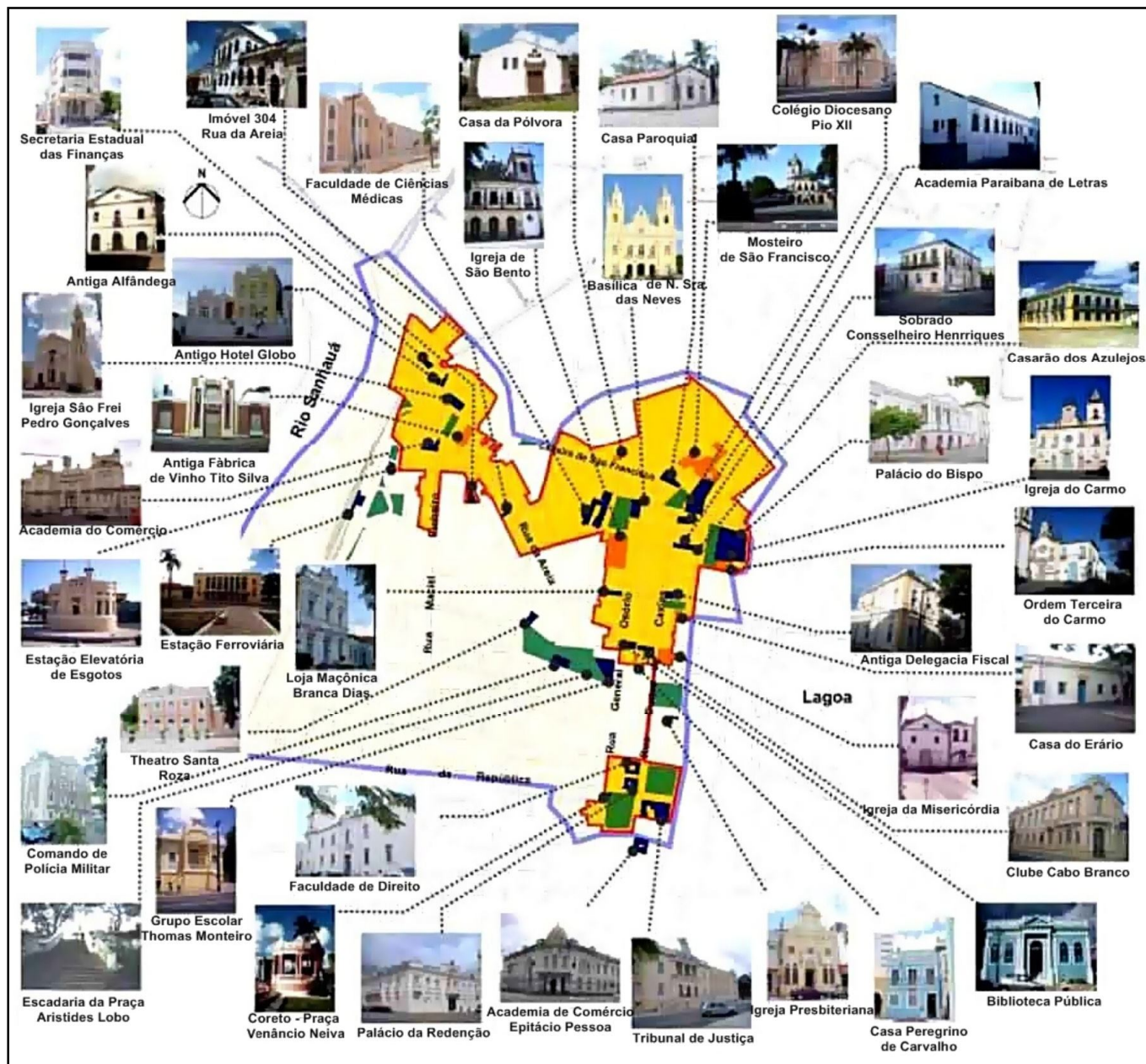
O meio urbano é constituído por signos que nos permitem nele conviver, entender a dinâmica espacial e se reconhecer como integrante e agente da paisagem cultural, no entanto, quando cujo reconhecimento é confundido com o deslocamento, com a sensação de não-lugar, com uma inquietante Topofobia onde antes você se sentia em casa, pode significar a necessidade de uma consciência preservacionista que impulsiona o resgate de nossas raízes e, portanto, a reconstrução da identidade individual e coletiva.

Isto implica pensar a paisagem urbana a partir da dimensão e composição das suas fachadas, assim identificando fisionomias urbanas específicas, como a relação entre as fachadas dos edifícios e as formas como o traçado viário se relaciona com os edifícios singulares, públicos, residenciais, espaços abertos e fechados, espaços públicos, semi-públicos e privados. Como ainda, pensar que a paisagem urbana é constituída e influenciada por práticas e valores socioculturais, simbólicos, históricos, políticos, artísticos, funcionais, etc. (MENEZES; TAVARES, 2003, p. 2).

As obras arquitetônicas em geral estão erguidas em harmonia com outros elementos interdependentes na paisagem; tal inter-relação dá suporte à possibilidade de permanência no tempo e conseqüentemente á construção de uma história que atravessa gerações, essa história só é possível pela vivacidade do patrimônio urbano como um todo, ou seja, pela presença e motivação humanas.

Salientando que, por elemento de conjunto, são consideradas as obras arquitetônicas, as características estéticas e decorativas, construtivas e formais do exterior e do interior dos edifícios, as dimensões socioculturais e simbólicas das populações, na medida que tais aspectos dão forma a um território, a um determinado meio ambiente e a uma paisagem urbana específica. Assim, não se deve pensar apenas em monumentos emblemáticos verdadeiras obras de arte, mas também nos edifícios, nas praças, nos lugares do cotidiano e nos elementos do dia a dia que nos transmitem sensações(MENEZES; TAVARES, 2003, p. 3).

Os seis exemplares arquitetônicos enfocados pela presente pesquisa fazem parte de um conjunto muito diversificado de bens culturais da cidade de João Pessoa, dos quais um considerável número deles já foi tombado como patrimônio cultural em nível estadual e nacional, como demonstra o mapa a seguir:



Mapa da poligonal de tombamento e entorno de vizinhança, mostrando os bens tombados pelo IPHAN E IPHAEP. Fonte: IPHAN - Processo de tombamento do CHJP

[...] as ações de preservação deveriam retratar o modo de vida de uma sociedade, e não expulsar os moradores para recriar um cenário artificial [...] “Preservar é muito mais que tomar” (PINHEIRO)

Vejam os então do que se trata em termos de definição e como se dá a aplicabilidade dos processos de preservação e tombamento dos bens culturais. Primeiramente devemos entender do que se trata de bens culturais, o qual entende-se como sendo “o registro (físico ou não) de elementos da realidade (cultural ou natural), passada ou presente. É todo elemento, material ou imaterial, capaz de traduzir o momento cultural ou natural de grupos sociais ou de ecossistemas” (GHIRARDELLO, 2008, p.13) e suas principais classificações técnicas (nomenclaturas) e científicas (teorias) mais utilizadas nessa área. Ghirardello define preservação como a “manutenção de um bem no estado físico em que se encontra e a desaceleração de sua degradação, visando prolongar e salvaguardar o patrimônio cultural”.

Como nos propomos no início deste item, é importante trazer para o debate alguns termos técnicos aplicáveis ao processo de preservação e tombamento dos bens culturais visando obter maior familiaridade com a problemática e, portanto, dar qualidade as nossas fundamentações. O que se entende como patrimônio cultural tangível e intangível segundo Ghirardello, o primeiro é aquele constituído por bens materiais classificados como - Bens imóveis: monumentos, edifícios, sítios arqueológicos, elementos naturais que tenham significado cultural; - Bens móveis: mobiliários, utensílios, obras de arte, documentos, vestuários, etc. Como patrimônio cultural intangível entende-se que é aquele constituído por bens imateriais como: lendas, rituais, costumes, etc. A distinção entre patrimônio natural e edificado é que o primeiro é constituído por bens cuja criação não recebeu interferência humana como: grutas, montanhas, rios, ecossistemas, jazidas, animais silvestres, etc. Já o segundo é constituído por edificações isoladas ou conjunto de edificações, que poderão ter tipologias distintas e não necessariamente antigas, mas que possuam peculiaridades culturais como: a arquitetura rural, as fábricas, as casas comuns, Arquitetura Vernacular (*aquela em que se empregam materiais e recursos do próprio ambiente em que a edificação é construída. Desse modo, ela apresenta caráter local ou regional*), as cidades, os monumentos, etc.

O Tombamento é um conjunto de ações, realizadas pelo poder público e alicerçado por legislação específica, que visa preservar os bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e afetivo, impedindo a sua destruição e/ou descaracterização. É o ato de tomar, ou seja, inventariar, arquivar, registrar coisas

ou fatos relativos a uma especialidade ou região, para proteger, assegurar, garantir a existência por parte de algum poder. Este nome tem origem em Portugal, vem da Torre do Tombo, ou do Arquivo (uma das torres do Castelo de São Jorge), onde eram guardados documentos importantes que hoje fazem parte do Arquivo Central do Estado Português. O processo de tombamento no Brasil começou em 30 de novembro de 1937, com o Decreto Lei nº 25, criou-se o SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que nascia para proteger cidades antigas e monumentos que corriam risco, devido à especulação imobiliária e às reformas urbanas. Entre os artistas e intelectuais envolvidos na sua criação estavam Mário de Andrade, Lúcio Costa, Gustavo Capanema e Rodrigo Melo de Andrade. Atualmente é denominado IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e possui mais de 20.000 edifícios, 83 conjuntos urbanos e sítios arqueológicos tombados, além de objetos, obras de arte, documentos. O tombamento pode ser *Integral ou Parcial*, o primeiro trata-se do tombamento do imóvel de maneira geral, interna e externamente e o último trata-se do tombamento apenas da volumetria, fachadas e cobertura, ou de alguns elementos específicos. É importante saber diferenciar perfeitamente a *reconstrução*, a *restauração* e a *conservação* de um patrimônio arquitetônico, o primeiro significa o restabelecimento exato do estado anterior conhecido de um bem, admite o uso de materiais diferentes dos originais, sejam novos ou antigos; o segundo significa um conjunto de atividades que visa restabelecer o estado original ou próximo deste e anterior aos danos decorrentes da ação do tempo, ou do próprio homem em intervenções que descaracterizam um bem imóvel ou móvel. A restauração visa garantir a permanência de um testemunho físico e real de época passada para gerações futuras. Os processos de restauração são orientados por posturas consolidadas em *cartas patrimoniais*. As diretrizes para a conservação, manutenção e restauro do patrimônio histórico, local, regional, nacional ou mundial estão expressas nas cartas patrimoniais. Estas tratam da evolução conceitual e das formas de ação sobre um patrimônio histórico e arquitetônico. As cartas patrimoniais refletem o que se pensou e o que se pensa no âmbito da comunidade de especialistas e organismos nacionais e internacionais que trabalham com a preservação de patrimônios culturais (GHIRARDELLO, 2008). Deste modo, o geógrafo torna-se conhecedor das providências técnicas e legais de um processo de tombamento, de modo que sua intervenção como investigador do espaço urbano estará maior fundamentada.

5.2 Preservação da arquitetura moderna



Foto: SETUR/PB (2010)

A abordagem de um exemplar arquitetônico moderno, neste estudo, visa despertar o debate sobre a preservação do novo e sua coexistência com o velho, de maneira a assegurar direitos comuns entre eles, ou seja, trata-se de uma preocupação atual pelo fato de que a arquitetura modernista tende sempre a tornar-se ponto turístico, porém dificilmente é incluída na lista de patrimônios tombados.

A paisagem histórica de João Pessoa, salvaguardada pelo tombamento federal, traz fato relevante, ao recortar o núcleo inicial da ocupação urbana, protegido de forma rigorosa, contemplando as edificações dentro do período que se estende até o início do século XX, exclui o patrimônio moderno. Muito embora, a área de entorno de vizinhança inclua alguns exemplares da arquitetura modernista (MARTINS, 2010, p.3).

Em João Pessoa esse é um fato que necessita de bastante atenção das comunidades científica, empresarial (turísticas) e principalmente política, pois a coexistência entre as arquiteturas antigas e contemporâneas pode alavancar o potencial turístico de uma cidade e conseqüentemente exaltá-la como exemplo de desenvolvimento e sustentabilidade.

A convivência do novo com o antigo não só é possível como desejável, pois a arquitetura antiga e a contemporânea devem conviver harmoniosamente. Nos países europeus, por exemplo, isto acontece com vantagens até de ordem econômica (GHIRARDELLO, 2008, p. 26).

A arquitetura moderna é a impressão cultural do homem contemporâneo, é a configuração de uma paisagem inovadora em todos os seus aspectos socioculturais e o mais importantes é que faz parte de uma época em que pode ser registrada e preservada desde o momento de sua construção, inclusive sua envoltória imaterial

que consiste no modo de vida informacional, este com a possibilidade de difusão imediata de sua simbologia e significados. Os modernos que no Brasil se preocuparam com a salvaguarda do patrimônio, mediante a consolidação do IPHAN, em contraponto, inseriram intervenções novas modernistas articulando com a preexistência nessa paisagem (COMAS, 2007).

Se considerarmos as argumentações que acompanharam o texto da Proposta de Tombamento Nacional do Centro Histórico de João Pessoa, destacadas no tópico: “Critérios e justificativa para o tombamento do Centro Histórico de João Pessoa” é possível enumerar questões para entender a exclusão da arquitetura moderna e a produção contemporânea (MARTINS, 2010, p.3).

O tópico contempla:

*[...] um acervo edificado **proveniente de vários períodos da formação da cidade** e diversos estilos arquitetônicos; são destacados os exemplares do barroco (Igreja da Ordem de S. Francisco, Mosteiro de São Bento), rococó (Conjunto Carmelita), maneirista (Igreja da Misericórdia), eclético (Igreja São Frei Pedro Gonçalves e a Basílica de Nossa Senhora das Neves), neoclássico (Teatro Santa Roza, Alfandega, a Biblioteca Pública), neo-colonial (Faculdade de Direito), neo-gótico: (Sobrado do Comendador Santos Coelho) e art-deco (prédio do Hotel Globo e o casario da praça Anthenor Navarro) além dos imóveis já protegidos que a justificativa pontua, a malha urbana do “centro tradicional” está íntegra, configurando um registro histórico dos períodos iniciais da ocupação, que se estendem pelos séculos XVI a XVIII, período que antecede as primeiras expansões.*

Uma grande parcela da população leiga e até mesmo boa parte daqueles que se dizem profissionais do ramo não se empenham em esclarecer afirmações acerca de sua atividade, então deixam se proliferar uma noção errônea de que o tombamento serve de redoma para a antiguidade, como se a preservação e o tombamento dos exemplares modernos fosse apenas de responsabilidade das gerações futuras, contrariando o que afirma Ghirardello:

É uma noção ultrapassada e equivocada sobre preservação e tombamento. A importância de um bem não tem ligação direta com sua idade. Hoje, existem entidades de preservação da arquitetura moderna. Bens recentes podem ser indicados para tombamento, pois também estão sujeitos às descaracterizações ou demolições. Exemplo: Pampulha, Brasília, Masp, Parque do Ibirapuera, jardins de Burle Marx, etc (GHIRARDELLO, 2008, p.17).

Diante da discussão sobrescrita, a qual dá corpo ao capítulo 5, pode-se concluir acerca da preservação e do tombamento que, se tratam de duas categorias que apesar de distintas e nem sempre coexistentes, podem interagir contribuindo para o despertar de uma consciência social e política do patrimônio cultural como todo,

percebendo que “a espacialidade não é apenas dos objetos. Há o espaço do corpo e seus prolongamentos” (SILVA, 2000, p. 18), ou seja, que não somente no patrimônio arquitetônico estão imbricados os conhecimentos provenientes da existência humana, mas em todo momento, em qualquer lugar sem exceção o homem se encontra construindo sua espacialidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado, realizada entre os anos de 2010 e 2012 para o Departamento de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com o propósito de buscar conhecimentos sobre um tema pouco explorado dentro da geografia, veio confirmar quanto aos aportes teórico-metodológicos, o quanto a Geografia Cultural é capaz de fundamentar o debate geográfico, visto que a cultura é um conjunto de elementos produzidos pela humanidade e esta última por sua vez é responsável pela dinâmica espacial como um todo.

Por meio dos objetivos específicos previamente traçados como etapas operacionais desta investigação foi-se compreendendo que outros pontos não mencionados mereciam destaque, como por exemplo, a intencionalidade religiosa do desenho urbano (em forma de cruz) que dá forma ao centro histórico de João Pessoa/PB; como também se percebeu que além das duas relações abordadas neste estudo (percepção do morador e do visitante acerca do patrimônio arquitetônico histórico) ainda existem mais dois tipos de relações que merecem uma futura análise (a percepção do nativo que se tornou visitante e do visitante que se tornou morador), pois estas duas últimas certamente dão uma configuração diferenciada ao espaço e conseqüentemente devem interferir das duas primeiras modalidades já analisadas aqui.

A percepção que o sujeito tem acerca do espaço por ele configurado é um fator de extrema relevância para a (re)construção de sua territorialidade, de modo que passa a exercer grande influencia para as configurações territoriais futuras, cujo fenômeno veio reafirmar-se por meio deste estudo, ao constatar que embora sejam bastante diversificadas tais percepções narradas pelos moradores e visitantes,

sempre há um vínculo imaginário com o pioneirismo, com a originalidade de tempos não vivenciados pela sociedade atual, porém são aspectos históricos fortemente influenciadores no discurso da população atual.

Ao longo do trabalho em questão foi possível constatar também que os aspectos urbanos confundem-se com os aspectos culturais e estes dão um caráter todo particular à cidade. Vê-se que as particularidades do urbano são produzidas pelas singularidades dos grupos humanos, expressas através da cultura a qual é responsável por desenhar toda trajetória das sociedades, expressando em cada lugar algo que as identificam.

Considera-se finalmente que a questão central lançada por esta investigação **“Quais significados o nativo e o visitante dão ao patrimônio arquitetônico da cidade de João Pessoa/PB?”** pôde ser aqui respondida pelas vivências narradas por eles próprios e depois destrinchadas pelo aporte geográfico e fenomenológico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba.** João Pessoa. Imprensa Universitária.1966

ARAÚJO, Fátima. **Santa Rosa: um teatro centenário (1889-1989).** João Pessoa, SEC/PB, 1989.

AQUINO, Aécio. Vilar. de. **Filipéia, Frederica, Paraíba: os cem primeiros anos de vida social de uma cidade.** João Pessoa: Ed. UFPB, 1988.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **O patrimônio.** São Paulo: Edições Loyola, 2003. 108p.

ATAÍDES, Jésus Marco. **Cuidando do patrimônio cultural.** Goiânia: Ed. UCG, Educação Patrimonial; 1. 1997. 35p.

BUTTNER, Anne. **Aprendendo o dinamismo do mundo vivido.** In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). *Perspectivas da Geografia.* São Paulo: Difel, 1982. p. 165-193.

CASTRO, Cléia Rubia de Andrade. **Patrimônio Urbano de Londrina.** Rio Claro: Tese de Doutorado, Orientadora: Profa. Dra. Livia de Oliveira, 2007.

CLAVAL, Paul. **Geografia Cultural.** Florianópolis, Editora da UFSC, 1999.

_____. **O papel da Geografia Cultural na compreensão da ação humana.** In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Matrizes da Geografia Cultural.* Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, 146p.

_____. **Espaço e Poder.** Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

CORRÊA, Roberto, L. **Região e organização espacial.** São Paulo, Ática, 1986.

_____. **Paisagem, Tempo e Cultura.** 2ª ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. 124p.

_____. **O espaço urbano.** 1 ed. São Paulo: editora Ática, 1989.

_____. **Trajetórias Geográficas.** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Monumentos, Política e Espaço.** In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs.) Geografia: temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

COSGROVE, Denis. **A Geografia está em toda parte:** cultura e simbolismo nas paisagens humanas in: Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro. EdUERJ. 1998.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. **Rio, Pernambuco, Rio Grande e Minas: contextualismo e heteromorfismo no espaço público moderno brasileiro.** In: MOREIRA, Fernando Diniz (org.). Arquitetura moderna no Norte e Nordeste do Brasil: universidade e diversidade. Recife: FASA, 2007.

CURTIS, Júlio Nicolau Barros de. **Patrimônio ambiental urbano: um conceito.** In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Cultura. **SPHAN-pró-memória.** Brasília, n. 6. p. 8, mai/jun. 1980.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento.** 3. ed. São Paulo: Pini, 1997. 198p.

DUNCAN, James. A Paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. (orgs). **Paisagens, Textos e Identidade.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 91-132.

ENTRIKIN, J. Nicholas. **O Humanismo Contemporâneo em Geografia.** Boletim Geografia Teórica, Rio Claro, v. 10, n. 19 p. 5-30, 1980.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. 72p.

GHIRARDELLO, Nilson. SPISSO, Beatriz. et al. **Patrimônio Histórico:** Como e porque Preservar. 3ª edição CREA-SP. Bauru, SP: Canal 6, 2008.

GRAHAM, Brian.; ASHWORTH, Gregory. J. e TUNBRIDGE, John. E. (2000): **A Geography of Heritage: Power, Culture and Economy.** London: Arnold.

GUIMARÃES, Humberto Goulart. **O espaço existencial em xeque: uma odisséia para o espaço ontológico na geografia.** R. RA'E GA, Curitiba, n. 19, p. 19-34, Editora UFPR. 2010. <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/view/14547/11415> - Acesso em: junho de 2011.

GUIMARÃES, Luiz Hugo - **A Conquista da Paraíba.** Rio de Janeiro. Simpósios Momentos Fundadores da Formação Nacional. 2000

HOLZER, Werther. **Uma Discussão Fenomenológica sobre os Conceitos de Paisagem e Lugar, Território e Meio Ambiente**, Revista TERRITÓRIO, ano LI, N° 3, jul./dez. 1997

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da História**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2000. 282p.

LACAZE, Jean-Paul. **A Cidade e o Urbanismo**. Lisboa, Portugal: Flammarion, 1995.

LE CORBUSIER. **Urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 307p.

MACHADO, Lucy Marion Calderini Philadelpho. **A serra do mar paulista: estudo de paisagem valorizada**. 1988. 312f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1988.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro: pedaços & trajetos**. In: Revista de antropologia. São Paulo: USP – Universidade de São Paulo, v. 35, 1992. p. 191-203.

MAIA, Felícia Assmar. **Direito à memória: o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural e o Poder Econômico**. Revista Movendo Idéias, Belém, v8, n.13, p.39-42, jun. 2003.

MARTINS, Dayse Luckwü. TIMÓTHEO, Jussara Bióca de Medeiros. et al. **Paisagem moderna, paisagem histórica?**. 3º do_co,mo.mo Norte Nordeste João Pessoa – Paraíba 2010.

MEINIG, Donald W. **O olho que observa: dez visões sobre a mesma cena**. Espaço e cultura, UERJ, n. 13, p. 35-46, jan./jun. 2002.

MELLO, José Octávio de Arruda - **História da Paraíba: lutas e resistência**. João Pessoa. A União.7ª Edição. 2002

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a história do Brasil holandês Recife**. MinC/Fundação Pró-Memória.1985

MENEZES, Marluci, TAVARES, Martha Lins. **A imagem da cidade como patrimônio vivo**. 3º ENCORE, LNEC, Lisboa, Maio de 2003.

MESENTIER, Leonardo. M. de. **Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania.** In: Revista Vivência. n. 5. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/UFRN. Natal, 2005.

MOTA, Rosiane Dias. **História e Cultura como atrativo Turístico.** Revista de Estudos Turísticos. Nº 27 mar/2007

MOURA FILHA, Maria Berthilde; MONTEIRO, Gabriela Pontes; COSTA, Paula Augusta Ismael da; SZILAGYI, Emmanuel Brito Von; OLIVEIRA, Fernanda Rocha de; CAVALCANTI, Isabel Van Der Linden; ALVES CAVALCANTI, Pautília Costa; FARIAS, Taise Costa; CABRAL, Priscila Oliveira. **Um Retrato do Centro Histórico** – Disponível em http://www.memoriajoapessoa.com/centro_historico/retrato_centro_historico/index.html. Acessado em 14/nov/2011.

MTUR – Ministério do Turismo. **Marcos Conceituais.** Disponível em http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estrutura_ao_segmentos/turismo_cultural.html. Acessado em 16/jan/2011.

NETSCHER, Petrus Marinus. **Os Holandeses no Brasil.** São Paulo. Cia. Editora Nacional.1942

PARK, Robert Ezra. **A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano.** In: VELHO, Otávio Guilherme. (org.). O fenômeno urbano.4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara S.A., 1987. p. 26-67.

PASCHOA, Antônio Gonçalves. **Descrição da cidade e barra da Paraíba - 1630** João Pessoa. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.3

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. **Preservar é muito mais que tomar.** História Viva: Entrevista Disponível em http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/-preservar_e_muito_mais_que_tomar-.html. Acessado em Nov/2010.

PORTAL DA CIDADE DE JOÃO PESSOA. **Breve História da Cidade.** A conquista do território. Disponível em <http://paraibanos.com/joaopessoa/historia.htm>. Acessado em 10/dez/2010.

PROPOSTA DE TOMBAMENTO NACIONAL DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA. Acervo do IPHAN, João Pessoa, 2006.

PBTUR – **Empresa Paraibana de Turismo** S.A. Disponível em <http://www.pbtur.pb.gov.br/guia-de-viagem/cultural>. Acessado em 05/nov/2010.

POCOCK, Douglas C.D. **Place and the novelist.** Transactions of the Institute of British Geographers N. S., (6). 1981 pp. 337-347.

RELPH, Edward. **Place and Placelessness.** London. Pion, 1976. 156 p.

ROSENDAHL, Zeny.; CORRÊA, Roberto. L. (orgs). **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

_____. **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

_____. **Geografia Cultural: um século (1).** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.

_____. **Geografia Cultural: um século (2).** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.

_____. **Religião, Identidade e Território.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

_____. **Matrizes da geografia cultural.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. **Igreja e Estado no Brasil Holandês 1630-1654.** São Paulo. Casa Editora Presbiteriana. 2ª edição. 2004.

SILVA, El van. **Matéria, idéia e forma: uma definição de arquitetura.** Porto Alegre: Editora da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994. 191p

SILVA, Armando Corrêa da. **A aparência, o ser e a forma.** Revista GEOgraphia: PPGeo/UFRJ, Niterói, ano II, n. 3, p. 7-25, 2000.

SETUR/PB – **Secretaria Municipal de Turismo.** Disponível em <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/setur/arquitetura/>. Acessado em 04/fev/2011.

SCHIER, Raul Alfredo. **Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia.** R. RA'EGA, Curitiba, n. 7, p. 79-85, Editora UFPR, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um estudo da percepção.** Atitudes e valores do meio ambiente. Traduzido por: Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. **Geografia Humanística.** In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1982. p. 143-164.

_____. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Space and place: humanistic perspective.** In: GALE, S. OLSSON, G. (orgs.). Philosophy in Geography. Dordrecht : Reidel, 1979, pp. 387-427. (Publicado originalmente em: Progress in Geography, (6), pp. 211-252, 1974).

UFPB – Universidade Federal da Paraíba. Departamento de Estatística Centro de Ciências Exatas e da Natureza. **Centro Histórico.** Disponível em <http://www.de.ufpb.br/centrohistorico/ch.htm>. Acessado em 15/ago/2010.

VARANDAS, Edival Toscano. **Resgate Histórico do Teatro Santa Roza.** Disponível em: http://www.eliezer Gomes.com/noticia/673/historias_da_paraiba_resgate_historico_do_teatro_santa_roza/. Acessado em: 15/Out/2011.

VINHAS, Thaís dos Santos. **Patrimônio histórico e turismo cultural: a sustentabilidade em questão.** In: Revista Textos e Contextos. Ano 3, n.4. Salvador, jul./dez. de 2005/2006.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS

APÊNDICE A

Entrevista – Profissionais do ramo da cultura, turismo e arquitetura.

1. Exemplar arquitetônico:
2. Nome, idade, profissão, cargo relacionado e tempo de serviço:
3. Conte um pouco da história desse prédio; É Tombado por qual instituição? Desde quando?
4. Em sua opinião, quais foram os principais benefícios do tombamento para esse prédio?
5. Em seu contato com os visitantes, você percebe se eles trazem um conhecimento prévio sobre a importância histórica do prédio?
6. O número de pessoenses visitantes é inferior ou compatível com o número de turistas?
7. Em sua visão, como profissional do ramo, qual a importância cultural desse prédio?
8. Esse prédio em sua origem era utilizado para quais funções?
9. Atualmente qual a principal função desse prédio como equipamento urbano?
10. Esse redirecionamento de usos se deu por quais fatores?
11. Qual a sua sugestão para que haja não somente a divulgação turística desse prédio, mas também haja uma abrangência maior da paisagem cultural e histórica direcionada ao pessoense?
12. Existe uma contabilização do número de turistas brasileiros e estrangeiros e do nível social e intelectual deles?
13. Você poderia nos dar informações arquitetônicas básicas sobre o prédio? Nome do arquiteto, influência...?
14. Esse prédio já passou por alguma reforma? Qual? Ou ainda é totalmente original?
15. Existe algum empenho por parte da administração desse prédio em despertar em seus visitantes uma consciência de preservação? Como isso é feito?
16. Sabe-se que a construção do significado arquitetônico se dá pela sua imponência econômica, ou religiosa, ou política através do tempo; então fazendo um contraste, como profissional do ramo, em qual dessas imponências citadas você incluiria a moderna Estação Ciência no bairro do Cabo Branco?

APÊNDICE B

Questionário – Pessoaense

1. Idade: _____
2. Profissão: _____
3. Há quantos anos você mora em João Pessoa/PB? _____

4. Quais desses exemplares arquitetônicos você já visitou?
 - () Hotel Globo
 - () Casarão dos Azulejos
 - () Mosteiro de São Francisco
 - () Igreja do Carmo
 - () Theatro Santa Roza
 - () Estação Ciência
 - () TODOS

5. Qual deles você considera de maior importância para João Pessoa/PB?

6. Qual deles tem maior importância para sua história de vida?

7. Você ou algum conhecido viveu algo interessante num desses prédios?

() sim () não

Conte um pouco dessa história?

_____.

8. Qual dos exemplares abaixo, você faria questão de levar um parente de outro estado para conhecer? Marque apenas 1 opção.
 - () Hotel Globo
 - () Casarão dos Azulejos
 - () Mosteiro de São Francisco
 - () Igreja do Carmo
 - () Theatro Santa Roza
 - () Estação Ciência

9. Você acha importante conhecer o Patrimônio Arquitetônico de sua cidade?

() Sim () Não

Por quê?

10. Você concorda com o projeto de demolição dos exemplares abaixo para construção de áreas de lazer ao ar livre e shoppings?

Hotel Globo

Mosteiro de São Francisco

Igreja do Carmo

() Sim () Não

Por quê?

11. Escreva os nomes de alguns lugares inesquecíveis para você em João Pessoa/PB (ex: escola, trabalho, rua, bairro, local de lazer...):

12. Você acredita que:

() O passado desvenda o presente.

() O presente complementa o passado.

() O presente é fruto do passado.

() TODOS estão corretos.

() Todas estão erradas.

13. Se tiver algo mais a dizer sobre sua terra natal:

APÊNDICE C

Questionário –Turistas

1. Nacionalidade: _____
2. Naturalidade: _____
Idade: _____
3. Profissão: _____
4. Ao decidir conhecer a cidade de J. Pessoa, você já tinha em mente conhecer um de seus patrimônios arquitetônico? Qual?

5. Quais desses exemplares arquitetônicos você visitou?
 Hotel Globo
 Casarão dos Azulejos
 Mosteiro de São Francisco
 Igreja do Carmo
 Theatro Santa Roza
 Estação Ciência
 TODOS
6. Qual deles você já tinha interesse de conhecer, por ouvir falar?

7. Por que conhecer a arquitetura antiga? Marque no máximo 3 opções.
 Por que é famosa?
 Por que é chique?
 Por que é inteligente?
 Por que é memória?
 Por que conta uma história?
 Por que é obra humana?
 Por que deixou um legado (ensinamento)?
8. Qual dos exemplares chamou mais a sua atenção? Marque apenas 1 opção.
 Hotel Globo
 Casarão dos Azulejos
 Mosteiro de São Francisco
 Igreja do Carmo

Theatro Santa Roza

Estação Ciência

9. Você visita o Patrimônio Arquitetônico de sua cidade?

Sim Não

Por quê?

Comparando com a sua cidade, a arquitetura antiga de João Pessoa/PB é:

Bastante preservada;

não é o que eu (turista) esperava;

na minha (turista) cidade é mais preservada.

10. Cite o nome de um exemplar arquitetônico antigo de sua cidade:

11. Cite o nome de um exemplar arquitetônico moderno de sua cidade:

12. Você acredita que:

O passado desvenda o presente.

O presente complementa o passado.

O presente é fruto do passado.

TODOS estão corretos.

Todas estão erradas.

ANEXOS

Ficha de Informações Básicas



Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

João Pessoa - Centro Histórico (Convento e Igreja de São Antônio, igrejas e sobrados)



Paraíba

Ficha de Informação Básica

Sítios e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico de João Pessoa.

(2) MUNICÍPIO:

João Pessoa

(3) ESTADO:

PB

(4) SR IPHAN

20ª

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(5) DENOMINAÇÃO:

Convento e Igreja de Santo António ou de São Francisco. 63-T-30

Igreja da Misericórdia. 103-T-30

Igreja da Ordem Terceira de São Francisco. 42-T-30

Igreja da Ordem Terceira do Carmo ou de Santa Teresa de Jesus. 43-T-30

Igreja de N. Sra dos Navegantes. 041-T-30

Igreja de São Bento. 63-T-30

(6) DATA:

16/10/1952

25/04/1930

05/05/1930

22/07/1930

12/00/1930

10/01/1957

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA, insc. 407, fl. 70

LBA insc.41, fl. 00

LBA insc. 47, fl. 09;

LH insc. 20, fl. 05

LBA insc. 190, fl. 33

LH insc. 101, fl. 10

LBA insc. 434, fl. 02

CARACTERÍSTICAS DOS TOMB. ESTADUAIS E MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

Não existe.

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Conjunto Carmelita
Igreja de Nossa Senhora do Carmo e Igreja de Santa Teresa



Conjunto Franciscano
Igreja de Santo António e Convento de São Francisco

Imagem: Museu

João Pessoa - Página 1 de 6

OUTRAS PROTEÇÕES

(8) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL - DESCREVER:

Por ato do governo estadual, decreto nº 9.404, de 13 de maio de 1992, foi delimitado o Centro Histórico inicial de João Pessoa, em cuja abrangência se insere o perímetro menor do Centro Histórico de João Pessoa.

(9) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL - DESCREVER:

Não existe, entretanto a Prefeitura é co-participante de ações de proteção, pela da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico e do Conselho de Proteção do Patrimônio Cultural de Paraíba, tendo, também inseridos, nos seus códigos de obras e de posturas, artigos nesse sentido.

(10) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

Os bens tombados pelo IPHAN se desenvolvem ao longo de toda a antiga área urbana da povoação, mas não havendo delimitação de área de interesse, cabe considerar o Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais como sendo composto pela antiga Cidade colonial/imperial.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.)

Ficha de Informação Básica:

Sítios e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

285

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

57

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Conjunto é formado pelos Bens tombados, situados no Centro Histórico da Cidade, que teve um desenvolvimento típico das cidades costeiras do Brasil, isto é, em função do porto fluvial e com o ordenamento urbano determinado pela construção das casas e não por instruções do governo central: o arruamento e os quarteirões são irregulares. O restante da Cidade, de desenvolvimento mais recente, segue uma grade urbana planejada, bem regular.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

Os Bens tombados pelo IPHAN se desenvolvem portada a antiga área urbana da povoação, não havendo uma delimitação de área de interesse, cabendo considerar-se o Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais como sendo composto pela antiga Cidade colonial/imperial.

FORMAÇÃO / REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1526
Fundação do município:	1585
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1700-1820
Datação genérica (final):	1820-1860

Tipologia:

- Conjunto urbano orgânico simultâneo
- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Programa Nacional

João Pessoa - Página 3 de 6

Com o avanço para o interior ocorrido no século XVII, a criação de gado surgiu com bastante força na região, dando prosperidade à Capitania, num novo movimento diferente do cultivo inicial da cana-de-açúcar. No século XVIII, a região atravessou um período de grave crise económica, quando a agricultura quase foi extinta e o comércio se retraiu bastante. No início do século XIX, a lavoura de algodão surgiu e houve novo crescimento. Em 1817, a exportação era constituída de algodão, açúcar, couros, pau-brasil. No final do século XIX, as secas castigaram os rebanhos que acabaram dizimados, as plantações seguiram o mesmo caminho, e apenas o algodão conseguiu manter o equilíbrio económico.

A Igreja e Convento de Santo António (religioso, séc. XVI) é considerado um dos melhores exemplares da chamada "escola franciscana" no Brasil. Sua construção teve origem em 1588. Com a invasão holandesa o convento foi danificado, sendo que em 1636 os frades foram expulsos e ali foi instalado um posto militar, pois sua localização era estratégica.

Após a retomada do domínio pelos portugueses, o Convento teve de ser todo restaurado, ficando pronto em 1661. No início do século XVIII, foram iniciadas as obras que deram ao Convento suas feições atuais, com a Igreja, o Convento, a Capela, a Casa de Orações e o Claustro da Ordem Terceira, o Adro com o Cruzeiro e a cerca conventual com seu Chafariz. A Igreja de São Francisco tem as paredes revestidas de azulejos portugueses e o púlpito tem um rico trabalho de talha dourada, considerado pela UNESCO como único no mundo inteiro e, possivelmente, sofreu influência da arte indígena.

A Igreja da Misericórdia (religioso, meados séc. XVII), segundo consta, a primeira igreja da Paraíba. A Igreja da Ordem Terceira de São Francisco (religioso, séc. XVIII) teve sua construção iniciada em 1701. Em estilo D. João V, se destaca pelos diversos trabalhos em talha de madeira, caracterizados pela multiplicidade de temas, raros nesses talhas: o sincretismo da figura da sereia com face de anjo, misturando a simbologia sagrada com a mitologia, a influência negra de Iemanjá ou a grega das mulheres aladas, elementos decorativos introduzidos no seio da catequização dos indígenas. Sobre as Ruínas da Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes (religioso, séc. XVI), consta que a igreja possa ser do século XVI, quando da chegada dos padres da Companhia Jesuítica. A Igreja do Mosteiro de São Bento (religioso, 1585) passou por diversas reconstruções, sendo que primeira igreja data de 1585. Em 1721, iniciaram novas obras e, em 1749, foi celebrada a primeira missa. Passou por reformas em 1811.

Como construções residenciais, públicas e militares, podemos citar a Casa na Praça do Erário (habitação, séc. XVIII), sobrado com fachada de características portuguesa, que sofreu diversas alterações no século XIX, preservando, no entanto, o estilo colonial português que dominava as construções de João Pessoa; o Sobrado à Rua Peregrino de Carvalho, nº 117, onde esteve preso o revolucionário de 1817 com o mesmo nome; a Casa da Pólvora (público militar, 1718), como o nome indica, construída para abrigar pólvora civil e militar; e a Fonte do Tambá (espaço público, 1792) que foi construída pela Provedoria da Fazenda Real e reconstruída em 1889.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Regular. De um modo geral, o Centro Histórico mantém as características morfo-tipológicas na maioria dos imóveis. Ocorreram intervenções pontuais em alguns edifícios públicos e particulares/sacros, bem como em conjunto mais significativo.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

O uso predominante continua estável, seguindo a tendência comercial. Regem-se dentro de controles e disciplinamento relativamente satisfatório quanto ao adensamento na área.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Observa-se impacto de significativa agravância, na área de manguezal em parte do Rio Paraíba, ocasionado pelo aterro sanitário da Cidade. No âmbito da área urbana, as iniciativas são relativamente controladas pelas normativas dos três níveis de legislação.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Boa. Sem registros significativos.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CUMM. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa - CONPEC - Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural da Paraíba.

Quanto à fiscalização, é executada pelos níveis municipal, estadual e federal.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Existe Plano Diretor, código de obras e posturas.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existe associações em organização.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Incipiente, em fase de envolvimento.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Sim. Comemorações religiosas, promoções e patrocínios públicos de agenda, manifestações de grupos autônomos.